

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026 - REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00113-00018831/2025-36 - UASG: 926120**

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.070.532/0001-03, por meio da Diretoria de Materiais e Serviços, sediada no Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco "C", Edifício Sede do DER/DF, Setores Complementares, CEP: 70620-030, Brasília/DF, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas Leis Distritais nºs 4.611/2011 e 4.770/2012, pelo decreto Distrital nº 44.330/2023, e demais legislações aplicáveis.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 14h do dia 14 de maio de 2026.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO.

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 5.852.160,00.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO - GLOBAL.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **I - DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, sem locação de mão de obra, visando ao fornecimento em comodato, instalação, operação e suporte técnico de rastreadores veiculares destinados à frota do DER/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em um único lote, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.3. Em caso de divergência na especificação do objeto entre o Portal de Compras do Governo Federal e o Edital, prevalece a deste Edital.

## **II - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

2.5.5.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da

seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

2.5.5.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação, nos termos do Art. 89, do Decreto nº 37.843/2016).

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflitos de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12. Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que demonstre a sua viabilidade econômica na fase de Habilitação, conforme entendimento do TCU nas decisões nºs 596/2024, 1.212/2024 e 1.469/2024.

### **III - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Na presente licitação seguirá o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, é imprescindível a inclusão das seguintes declarações, sob pena de desclassificação:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4.5. o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.4.6. que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de

2019.

3.4.7. que atende as exigências de sustentabilidade ambiental e aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

3.5. A falsidade das declarações de que trata o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lance e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **IV - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do item;

4.1.2. Marca, se for o caso;

4.1.3. Fabricante, se for o caso;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6.1. Caso a proposta seja omissa quanto ao prazo de validade, este será considerado como aceito pelo licitante para todos os efeitos.

4.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.6.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4.6.4. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.7. A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:

a) nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, número do CNPJ;

b) Valor global, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, tais como: quantidade de materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;

c) as especificações detalhadas do(s) item(ns) nas características contidas no Anexo I -Termo de Referência, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste

edital, prevalecerão às últimas;

d) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

e) prazo de início dos serviços a serem executados, conforme Termo de Referência;

f) declaração de ciência e termo de responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo II deste edital;

g) declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo III deste edital;

h) que atende as exigências de sustentabilidade ambiental e aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 (Anexo IV);

i) declaração do Termo de Compromisso da Lei nº 6.128/2018, Decreto nº 45.846, de 27 de maio de 2024, conforme modelo constante do Anexo V deste edital.

## **V - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. a desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. a não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

d) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

e) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.a1) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.a2) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.a3) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.a4) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.b1) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.b2) empresas brasileiras;

5.18.b3) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.b4) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os subitens 5.19.a1 a 5.19.a4 e 5.19.b1 a 5.19.b4, proceder-se-á sorteio automático das propostas empatadas a ser realizado no sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

b) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

c) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

d) O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

e) É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **VI - DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([cnj.jus.br](http://cnj.jus.br)); e

e) Certidões Administração Pública Federal ([tcu.gov.br](http://tcu.gov.br)).

6.1.1. *Link* para emitir a certidão do TCU - consolidada empresas inidôneas (itens b, c, d, e): [https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/-Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica](https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/-Consulta%20Consolidada%20de%20Pessoa%20Juridica).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.

6.5. Conforme disposto no art. 26, § 3º da Lei Distrital n.º 4.611/11, e no art. 8º, § 3º, do Decreto Distrital n.º 35.592/14, bem como, seguindo a determinação da Decisão nº 5278-2022-TCDF, o item de cota reservada não poderá ter preço superior ao do item de ampla concorrência.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. não cumpra os critérios e aceitabilidade e preços definidos no Termo de Referência;

6.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **VII - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por arquivo de mídia em PDF.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Se previsto no Projeto Básico/Termo de Referência, quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sob pena de inabilitação, o licitante deverá atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.17.1. Fica a cargo do licitante a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.17.2. Se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

## **VIII - DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão

no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>. Pregoeiro(a): Flávia Machado de Melo. Telefone(s): (61) 3111-5519. E-mail: [pregao@der.df.gov.br](mailto:pregao@der.df.gov.br).**

## **IX - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e site do DER-DF e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.8.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **X - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



## **XI - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. fraudar a licitação;

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento

equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto nº 44.330/2023.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório do licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem com os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **XII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, mediante petição a ser enviada exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço do e-mail [pregao@der.df.gov.br](mailto:pregao@der.df.gov.br).

12.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação ou responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

12.2.1. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos, bem como outros avisos de ordem geral, serão divulgadas pelo sistema no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), e vincularão os participantes e a administração, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.5. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

12.6. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

12.6.1. O não atendimento ao disposto neste item terá como consequência o recebimento da impugnação como pedido de esclarecimento, caso encaminhada no prazo previsto no item 12.1 deste Edital.

12.7. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

## **XIII - DA DOTAÇÃO**

13.1. Conforme o que consta do art. 1º do Decreto Distrital nº 45.697/2024, que altera o art. 189, parágrafo único, do Decreto nº 44.330, de 16/03/2023, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a previsão de recursos orçamentários, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

## **XIV - DO CONTRATO**

14.1. A vigência do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, em conforme Art. 106 da Lei 14.133/2021.

14.2. As contratações decorrentes de ata de registro de preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

14.3. Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

14.4. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor - cadastro de reserva - na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

14.5. Exaurida a capacidade de fornecimento do licitante que formulou oferta parcial, poderão ser contratados os demais licitantes, até o limite do quantitativo registrado, respeitada a ordem de classificação, pelo preço por eles apresentados, desde que sejam compatíveis com o preço vigente no mercado, o que deverá ser comprovado nos autos.

14.6. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

14.7. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

14.8. Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133 de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 Lei nº 14.133 de 2021.

14.9. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal nº 14.133 de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

14.10. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

14.11. Durante a execução do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme Art. 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

14.11.1. Nos termos do Art. 122 § 3º, da Lei nº 14.133/2021, é igualmente vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que se enquadre nas hipóteses de impedimento previstas na referida Lei, aplicando-se tal proibição, inclusive, às situações descritas no Art. 48, parágrafo único.

## **XV - DA GARANTIA CONTRATUAL**

15.1. Para assinar o contrato, o adjudicatário deverá prestar garantia de 2% (dois por cento) do valor deste Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, sob pena de decair do direito à contratação. A referida garantia deverá possuir prazo de validade correspondente a todo o período de execução do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias após o término de sua vigência, a fim de resguardar a Administração contra eventuais inadimplementos, obrigações remanescentes ou responsabilidades decorrentes do ajuste, a não apresentação da garantia no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante adjudicatário ou a rescisão do contrato, conforme o estágio em que se encontrar o processo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.2. A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro, a empresa deverá realizar transferência ou depósito identificado para o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, CNPJ 00.070.532/0001-03, no Banco de Brasília (BRB) Agência 0146; Conta Corrente 835109-2;

b) caução em títulos da dívida pública;

c) carta de fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; e

d) seguro garantia;

15.3. A garantia prestada pela contratada ser-lhe-á restituída ou liberada 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento ao Presidente do DER/DF.

## **XVI - DA COTA RESERVADA**

16.1. Conforme disposto no inc. I, §1º, art. 4º da Lei 14.133/2021, para os casos em que a licitação de aquisição de bens ou contratação de serviços em geral cujo item possua o valor estimado superior a R\$ 4.800.000,01 (quatro milhões e oitocentos mil reais e um centavo), ou seja, receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não se aplicam os benefícios da Lei Complementar 123/2006.

## **XVII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 17.5. A comunicação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta.
- 17.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.10. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:
- 17.10.1. incentive a violência;
- 17.10.2. seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;
- 17.10.3. incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;
- 17.10.4. exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo mulher de forma objetificada;
- 17.10.5. seja homofóbico, racista e sexista;
- 17.10.6. incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;
- 17.10.7. represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.
- 17.11. Nos termos do Decreto nº 45.846/2024 que regulamenta a Lei nº 6.128/2018, ficará reservado o percentual mínimo de 2% (dois por cento) das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua.
- 17.12. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital nº 34.031/2012).
- 17.13. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A - BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.
- 17.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.der.df.gov.br/licitacoes](http://www.der.df.gov.br/licitacoes).
- 17.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 17.15.2. ANEXO II - Declaração de ciência e termo de responsabilidade;
- 17.15.3. ANEXO III - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860/2019;
- 17.15.4. ANEXO IV - Declaração de que a empresa atende aos critérios de sustentabilidade ambiental e aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012;
- 17.15.5. ANEXO V - Declaração para os fins do Decreto nº 45.846/2024;
- 17.15.6. ANEXO VI - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 17.15.7. ANEXO VII - Minuta de Contrato.

Brasília, 24 de abril de 2026.

Ana Hilda do Carmo Silva  
Diretora de Materiais e Serviços

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, sem locação de mão de obra, visando ao fornecimento em comodato, instalação, operação e suporte técnico de rastreadores veiculares destinados à frota do DER-DF. A solução tem como finalidade viabilizar o monitoramento, controle, telemetria e gestão da frota, proporcionando maior eficiência às atividades administrativas e operacionais executadas pelo Departamento, especialmente nas rodovias que integram o Sistema Rodoviário do Distrito Federal (SRDF).

1.2. A contratação será realizada por meio de registro de preços, mediante pregão eletrônico, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

1.3. Considerando que o objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação de serviços de rastreamento veicular, cuja demanda está diretamente relacionada à quantidade de veículos integrantes da frota, bem como à necessidade de eventuais inclusões, substituições ou desativações ao longo da vigência contratual, verifica-se a existência de variabilidade quanto ao quantitativo efetivamente a ser utilizado.

1.4. Destaca-se que a frota institucional é composta por veículos leves e pesados, sujeitos a diferentes níveis de utilização, manutenção, substituição e renovação, circunstâncias que impactam diretamente na necessidade de instalação, reinstalação ou cancelamento dos dispositivos de rastreamento. Dessa forma, não é possível definir, com absoluta precisão, o quantitativo exato a ser contratado de forma imediata e integral.

1.5. Nesse contexto, mostra-se mais adequada a adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, especialmente por se tratar de contratação cuja demanda é variável e estimada, permitindo à Administração realizar as contratações de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade, assegurando maior eficiência, economicidade e racionalização dos recursos públicos.

1.6. Dessa forma, a adoção da modalidade Ata de Registro de Preços revela-se tecnicamente adequada, juridicamente amparada e administrativamente vantajosa para a contratação dos serviços de rastreamento veicular.

1.7. O objeto referente à contratação de serviços de rastreamento veicular caracteriza-se como **serviço continuado**, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividade necessária à manutenção permanente das atividades administrativas e operacionais do órgão.

1.8. O rastreamento veicular constitui ferramenta essencial para o controle, monitoramento, segurança e gestão da frota institucional, permitindo o acompanhamento em tempo real da localização dos veículos, otimização de rotas, fiscalização de uso, prevenção de sinistros, redução de custos operacionais e apoio à tomada de decisão. Trata-se, portanto, de serviço cuja interrupção comprometeria diretamente a continuidade das atividades finalísticas e administrativas.

1.9. Além disso, o serviço é prestado de forma contínua, ininterrupta e permanente, mediante disponibilização de plataforma tecnológica, suporte técnico, manutenção dos dispositivos instalados e atualização sistêmica, não se exaurindo em uma prestação pontual ou específica.

1.10. Dessa forma, por atender a necessidade pública permanente e não eventual, resta devidamente caracterizada a natureza de **serviço continuado**, admitindo-se sua contratação por prazo inicial de até 5 (cinco) anos, com possibilidade de prorrogação sucessiva até o limite de 10 (dez) anos, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições iniciais de habilitação e contratação, conforme disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

1.11. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação do objeto	Cód. E-compras	Unidade de medida	Quantidade	Estimativa valor unitário (R\$)	Estimativa valor total 60 meses (R\$)
	Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados, por meio de sistema de registro de preços, sem locação de mão de obra, de rastreamento, monitoramento e telemetria de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, a disponibilização e licença de Software de gerenciamento com acesso via web, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento.  Fornecer, implantar e suportar solução composta por dispositivos de credenciamento/autenticação individual de servidores; módulo de habilitação/deshabilitação operacional do ativo, com habilitação condicionada à apresentação de credencial válida, registro automático da					

credencial utilizada no ato da habilitação e suporte a múltiplas credenciais por ativo; unidade de coleta de eventos; serviços de comunicação de dados/conectividade M2M; e plataforma SaaS/em nuvem para geração de trilhas de auditoria, relatórios e integrações por API, incluindo serviços de instalação, parametrização, treinamento, manutenção e suporte técnico.

Escopo detalhado:

Rastreamento Veicular Integrado com Controle de Ignição por Identificação do Condutor

A solução proposta integra rastreamento veicular em tempo real com mecanismo de bloqueio e liberação de ignição baseado na identificação do condutor. O módulo instalado no veículo coleta dados de telemetria, localização GPS e eventos de operação, transmitindo-os à plataforma de monitoramento.

Para o controle de acesso, o sistema exige que o motorista se identifique antes de acionar a ignição, utilizando dispositivos de autenticação compatíveis — iButton ou cartão RFID. Somente após o reconhecimento válido do condutor o equipamento libera eletronicamente o circuito de partida. Todas as tentativas de autenticação, bem-sucedidas ou não, são registradas com carimbo de data, hora e geolocalização.

Essa abordagem assegura rastreabilidade completa do uso da frota, aumenta a segurança, reduz riscos de uso indevido do veículo e garante a vinculação precisa entre condutor, operação e eventos registrados na plataforma.

Credenciais individuais de servidores e vínculo servidor↔ativo, com trilha de auditoria completa; múltiplas credenciais por ativo.

Módulo de habilitação/desabilitação operacional do ativo, condicionado à credencial válida; tolerância a perda momentânea de rede com cache e posterior sincronização integral dos eventos.

Comandos Remotos: A solução deverá prover comandos remotos para habilitar/desabilitar a operacionalidade do ativo, observadas salvaguardas de segurança e condições de execução segura; e ativar/desativar o estado de “alarme” do dispositivo/plataforma. Todas as solicitações de comando e respectivas respostas (sucesso/falha), inclusive retentativas, devem ser registradas em trilha de auditoria com data/hora, identificador do usuário solicitante e identificação do ativo, possibilitando consulta, filtro e exportação.

Unidade de coleta de eventos/telemetria com posicionamento GNSS e sensores; envio em tempo quase real; logs assinados.

Telemetria e Eventos – Alarmes: A plataforma deverá registrar “alarmes” como evento de telemetria, contemplando, no mínimo, ativação, desativação e ocorrências geradas por regras (ex.: violação de cerca, transgressão de velocidade parametrizada, tentativa de uso sem credencial válida), com carimbo de tempo, georreferenciamento e identificação da

	<p>credencial/usuário quando aplicável, assegurando consulta, rastreabilidade e exportação.</p> <p>Plataforma SaaS em nuvem: perfis (RBAC) e grupos; cercas virtuais e notificações; calendários/janelas operacionais; relatórios (combinado, viagens, paradas, eventos, resumos, gráficos, replay) e exportação (CSV/XLS/PDF).</p>					
1	<p>Gestão de Acessos e Usuários: A solução deverá permitir quantidade ilimitada de usuários e perfis de acesso, com controle de permissões (RBAC) por função e por grupos/secretarias, além de delegação administrativa (administradores por secretaria/unidade) e registro de todas as ações relevantes em trilha de auditoria exportável.</p> <p>Integração: API REST/JSON documentada (OpenAPI) e webhooks; ambiente de homologação/sandbox e limites de consumo; amostras de chamadas (coleção Postman).</p> <p>Conectividade M2M incluída: SIM multioperadora/eSIM, gestão de consumo, APN/VPN privada e relatórios de tráfego; buffer offline.</p> <p>Serviços: instalação, parametrização, POC de validação obrigatória integrada à implantação (sem período de testes/piloto), migração de cadastros (ativos/servidores), capacitação, suporte e manutenção.</p> <p>Requisitos técnicos mínimos:</p> <p>Segurança e LGPD</p> <p>Criptografia TLS 1.2+ em trânsito e cifragem em repouso; MFA/2FA; RBAC com segregação por secretaria/unidade; logs imutáveis e trilha de auditoria.</p> <p>DPA/Anexo de Privacidade (papéis, bases legais, retenção e descarte); apoio ao atendimento de direitos dos titulares.</p> <p>Data residency: processamento/armazenamento preferencialmente em centros de dados no Brasil, conforme LGPD.</p> <p>Desempenho e disponibilidade:</p> <p>Disponibilidade da plataforma <math>\geq [99,5]\%</math>/mês (com abatimentos automáticos).</p> <p>Desempenho: latência de eventos <math>\leq [5]</math> s (p95); atualização de dashboards <math>\leq [5]</math> s.</p> <p>Retenção mínima online de [24] meses + possibilidade de arquivo frio.</p> <p>Integração e portabilidade:</p> <p>API com documentação pública (OpenAPI) e ambiente de homologação; limites de taxa; webhooks; exemplos.</p> <p>Exportação total (CSV/JSON) e encerramento assistido com portabilidade sem ônus.</p> <p>Implantação e treinamento:</p> <p>Kits completos por ativo; checklist de instalação; treinamento</p>	12819	UN	508	R\$192,00	<b>R\$5.852.160,00</b>

<p>(administradores/gestores/operadores) com materiais e gravações.</p> <p>Níveis de serviço (SLAs)</p> <p>Disponibilidade da plataforma: <math>\geq [99,5]\%</math>/mês.</p> <p>Atendimento do suporte: Crítico 2h, Alto 4h, Médio 8h, Baixo 24h.</p> <p>Reparo/substituição (RMA): até D+2 úteis.</p> <p>Implantação: prazos por fase conforme cronograma aprovado, sem alteração do regime de lote único do objeto.</p> <p>Disponibilidade da API: <math>\geq [99,0]\%</math>/mês.</p> <p>Latência de eventos (p95): <math>\leq [5]</math> s.</p> <p>Medição e verificação: relatórios mensais auditáveis; janelas programadas com antecedência mínima de [72h] fora do horário crítico.</p> <p>Suporte Local no Distrito Federal. A contratada deverá manter base operacional em Brasília/DF, com estoque mínimo de reposição adequado ao parque instalado e equipe técnica local habilitada para atendimento on-site. O atendimento presencial para ocorrências classificadas como campo deverá ocorrer em até D+2 (dois dias úteis), observado o SLA deste TR. A base deverá situar-se em raio urbano dentro da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) que permita cumprimento dos prazos, com comprovante de endereço e capacidade técnica apresentados após a homologação em até 15 dias úteis e mantidos durante a vigência contratual.</p>					
--	--	--	--	--	--

- 1.12. Os rastreadores veiculares deverão conter garantia legalmente estabelecida em lei.
- 1.13. A garantia será conforme estabelecida pelo fabricante, sendo o prazo inicial contado a partir da data da assinatura do termo de recebimento definitivo dos equipamentos.
- 1.14. Os fornecedores **deverão assegurar a assistência técnica autorizada durante todo o período de uso dentro da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE)**, bem como fornecer equipamentos novos, de primeiro uso
- 1.15. Instalação e manutenção: todos os custos referentes à instalação, configuração inicial, calibração, atualização de software e manutenção preventiva durante o período de uso serão de responsabilidade do fornecedor, inclusive eventuais peças, cabos, sensores ou componentes de desgaste, devendo ser celebrado no contrato as condições para cumprimento da garantia e da prestação dos serviços de manutenção.
- 1.16. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.17. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do art. 73, inciso I do art. 74 e art. 77 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 1.18. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão ou entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 210 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e do art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 1.19. O prazo de vigência da contratação deverá ser de até 5 (cinco) anos, nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, que poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e respeitadas as diretrizes do art. 106 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação pretendida para o sistema de rastreamento, monitoramento e telemetria da frota do DER/DF foi prevista no PCA 2026, foi cadastrado no sistema e-COMPRASDF e esta com status em execução com o ID n.º 12819.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E



## ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, com fundamento no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), e demais normativos aplicáveis:

#### 4.1.1.1. Eficiência Energética

4.1.1.1.1. O equipamento de rastreamento veicular deverá apresentar baixo consumo de energia elétrica, de modo a não comprometer o sistema elétrico do veículo nem ocasionar consumo adicional relevante de combustível.

4.1.1.1.2. O equipamento deverá dispor de modo de economia de energia (low power mode), que reduza o consumo quando o veículo estiver desligado ou inativo por longos períodos.

#### 4.1.1.2. Materiais e Produção Sustentável

4.1.1.2.1. O rastreador e seus componentes deverão ser fabricados com materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável.

4.1.1.2.2. O fornecedor deverá assegurar que os componentes eletrônicos estejam isentos de substâncias tóxicas ou metais pesados, como chumbo, mercúrio, cádmio e cromo hexavalente, em conformidade com as diretrizes RoHS (Restriction of Hazardous Substances) ou norma equivalente.

#### 4.1.1.3. Gestão de Resíduos e Logística Reversa

4.1.1.3.1. O fornecedor deverá garantir a logística reversa dos equipamentos e baterias ao final de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos e regulamentações correlatas.

Deverá ser assegurada a destinação ambientalmente adequada dos equipamentos inservíveis, bem como das baterias e demais componentes eletrônicos substituídos durante a execução contratual.

#### 4.1.1.4. Conformidade Ambiental e Normativa

4.1.1.4.1. O equipamento de rastreamento deverá estar homologado pela ANATEL, em conformidade com as normas aplicáveis sobre limites de emissão de radiofrequência e segurança elétrica.

4.1.1.4.2. Os equipamentos deverão atender às normas técnicas de compatibilidade eletromagnética (EMC) e de eficiência energética vigentes.

#### 4.1.1.5. Tecnologia e Inovação Sustentável

4.1.1.5.1. Serão preferidos os equipamentos que apresentem recurso de atualização remota de software (OTA – Over the Air), a fim de prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituições físicas.

4.1.1.5.2. Deverão ser priorizados os modelos que incorporem tecnologias de otimização de consumo energético, desligamento automático e monitoramento inteligente de desempenho, contribuindo para a redução de consumo e emissões indiretas associadas.

### 4.2. Da exigência da carta de solidariedade

4.2.1. Este documento descreverá a melhor forma de contratação da solução desejada, não havendo desta forma necessidade de exigir carta de solidariedade à CONTRATADA.

### 4.3. Do consórcio e da subcontratação

4.3.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

4.3.2. Pelo mesmo fato, não há motivos para se admitir a subcontratação, para gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

### 4.4. Garantia da contratação

4.4.1. Conforme Art. 96 (caput), e §1º e Art. 98 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a garantia contratual de 2% (dois por cento) do valor inicial do contrato.

### 4.5. Vistoria

4.5.1. As licitantes interessadas poderão realizar vistoria no(s) local(is) de execução dos serviços antes da apresentação das propostas, devendo esta ocorrer até **2 (dois) dias antes da abertura da sessão**, a fim de tomar conhecimento da extensão dos serviços/fornecimentos a serem prestados e das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução contratual, bem como se cientificar de todos os detalhes necessários a perfeita execução dos serviços/fornecimento; conhecer a frota e as dependências da Oficina do DER/DF, bem como os formulários padrões utilizados, devendo ser agendada a visita junto à DEMAT, conforme §§2º e 3º

do art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

4.5.1.1. A visita poderá ser agendada pelo telefone (61) 3111-5720, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, ou pelo e-mail [suoper.demat@der.df.gov.br](mailto:suoper.demat@der.df.gov.br).

4.5.1.2. A licitante que vistoriar os locais deverá apresentar Declaração de Visita Técnica, feita em formulário da própria licitante, assinada por um dos responsáveis técnicos ou um representante da licitante, de que tomou conhecimento de todas as informações e condições do local para cumprimento das obrigações, objeto da licitação, conforme modelo anexo III, deste Termo de Referência.

4.5.1.3. A licitante que optar em não realizar vistoria, deverá apresentar Declaração de Dispensa de Vistoria Técnica, feita em formulário da própria licitante, assinada por um dos responsáveis técnicos ou um representante da licitante que se abstém da vistoria e conhece todos os detalhes técnicos em relação aos locais e objeto da licitação e apresentar declaração de não vistoria, conforme modelo anexo IV, deste Termo de Referência.

4.5.1.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento do objeto, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do fornecimento, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Condições de entrega e instalação**

5.1.1. O fornecimento e a instalação dos equipamentos de rastreamento veicular serão realizados de forma parcelada, conforme a programação definida pela Gerência de Transporte do DER/DF, observadas as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.1.2. O prazo máximo para entrega e instalação total dos equipamentos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido formal por e-mail e da Nota de Empenho emitida pela Administração.

5.1.3. A contratada deverá garantir capacidade operacional mínima para entrega e instalação de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) unidades por dia útil, salvo disposição diversa expressamente autorizada pela Gerência de Transporte, de modo a assegurar a continuidade e eficiência do cronograma de implantação.

5.1.4. O fornecimento poderá ser solicitado em quantidades mínimas de 01 (uma) unidade, conforme necessidade e planejamento da Administração.

5.1.5. As instalações dos equipamentos poderão ocorrer nas localidades onde os veículos estiverem lotados, a critério e conforme orientação da Gerência de Transporte, abrangendo as seguintes unidades do DER/DF:

#### **5.1.6. DER/Sede - SDN BL C - Asa Norte**

##### **5.1.6.1. Parque Rodoviário – Sobradinho/DF**

##### **5.1.6.2. 1º Distrito Rodoviário – Planaltina/DF**

##### **5.1.6.3. 2º Distrito Rodoviário – Sobradinho/DF**

##### **5.1.6.4. 3º Distrito Rodoviário – Samambaia/DF**

##### **5.1.6.5. 4º Distrito Rodoviário – PAD/DF (Rodovia DF-130, Km 29)**

##### **5.1.6.6. 5º Distrito Rodoviário – Brazlândia/DF**

5.1.7. Na hipótese de a Contratada não conseguir cumprir o prazo de entrega ou instalação por motivo que julgar relevante, deverá formalizar documento de justificativa do atraso, devidamente fundamentado. O documento deverá ser instruído pelo Gestor do Contrato e submetido à apreciação do Presidente do DER/DF para análise e deliberação quanto à sua procedência.

5.1.8. Local de entrega e instalação:

5.1.8.1. A entrega e instalação dos equipamentos ocorrerão nas dependências da Gerência de Transporte do DER/DF, localizada no Parque Rodoviário do DER-DF, DF-001, Km 01, Sobradinho – DF, CEP 73250-900, no horário de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 16h30, de segunda a sexta-feira, excetuados feriados e pontos facultativos, e ou nos endereços elencados no item 5.1.5

### **5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.2.1. Os equipamento constantes do Termo de Referência terão a garantia mínima prevista no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a Lei Federal nº 8.078, de 1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.

5.2.2. O equipamento deverá ser de 1ª Qualidade.

5.2.3. A licitante vencedora deverá dar garantia dos equipamentos fornecidos, contra quaisquer defeitos de fabricação, considerando as condições normais de uso.

5.2.4. O DER/DF não enviará/despachará o equipamento para reparação/conserto/troca, todo o traslado será por conta da vencedora do certame, o DER/DF não arcará com nenhum tipo de custo quando necessário, reparo/conserto/troca ou qualquer tipo de manutenção.

5.2.5. A vencedora do certame deverá se deslocar até o local do veículo para realização da troca.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº

14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **6.6. Fiscalização**

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decreto nº 44.330 de 2023, art. 10, caput).

6.6.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### **6.7. Fiscalização Técnica**

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 24).

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 44.330 de 2023, art. 24, inciso II).

6.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 24 inciso III).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 24 inciso IV)

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 24 inciso V).

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 24 inciso VII).

#### **6.8. Fiscalização Administrativa**

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 25 inciso I).

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 25 inciso IV).

#### **6.9. Gestor do Contrato**

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 23 inciso IV).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 23 inciso II).

6.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 23 inciso III).

6.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 23 inciso VIII).

6.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor

com competência para tal, conforme o caso, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 23 inciso X).

6.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 23 inciso VI).

6.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato, (Decreto nº 44.330 de 2023, art. 23 inciso V).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento**

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.2. Liquidação**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo 10 (dez) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar;

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 7.3. **Prazo de pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice (IPCA) ou (IGP-M) de correção monetária

### 7.4. **Forma de pagamento**

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 7.5. **Antecipação de pagamento**

7.5.1. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

### 7.6. **CrITÉrios de medição e pagamento**

7.6.1. Mensalidade por ativo habilitado (SaaS + M2M), com pro rata por ativação/desativação.

7.6.2. Instalação por unidade (quando aplicável).

7.6.3. Abatimentos por descumprimento de SLA conforme **Anexo II**.

7.6.4. Condição para início do faturamento: aceite da fase implantada, conforme cronograma, mantido o caráter de lote único do objeto.

## 8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### 8.1. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, em atenção aos arts. 114 e 195 do Decreto Distrital 44.330, de 2023, e aos incisos I e II, do art. 33 da Lei 14.133, de 2021.

8.1.3. Na licitação por item único, o objeto é contratado de forma integrada, considerando-se sua natureza como solução indivisível e tecnicamente interdependente. Tal modelagem visa assegurar a padronização dos serviços, a compatibilidade tecnológica entre os sistemas e dispositivos, bem como a centralização da responsabilidade contratual em um único fornecedor, o que favorece a eficiência na gestão e fiscalização do contrato.

8.1.4. A adoção de item único, no presente caso, mostra-se adequada por se tratar de serviço que exige uniformidade de plataforma, integração sistêmica e suporte técnico unificado, evitando-se incompatibilidades operacionais e fragmentação de responsabilidades.

8.1.5. A proposta comercial deverá ser entregue devidamente assinada pelo representante legal da empresa com o preço unitário, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste Termo de Referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

8.1.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## 8.2. **Forma de fornecimento**

8.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

## 8.3. **Exigências de habilitação**

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3.3. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.3.4. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.3.5. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.3.6. Para habilitação dos licitantes, será exigida a seguinte documentação:

### 8.3.6.1. **Habilitação Jurídica**

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

### 8.3.6.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.
- c) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 2014;
- f) Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br), de acordo com art. 173, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);
- g) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- h) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

## 8.4. **Da Previsão de reserva 2% de vagas, na contratação, sejam para pessoas em situação de rua, conforme o Decreto 45.846/2024**

8.4.1. Não se aplica, por se tratar de contratação de serviço especializado (de rastreamento veicular) a ser executado nas dependências da Contratada.

Art. 2º Nas contratações realizadas pela Administração Pública Distrital com empresas que tenham por objeto a prestação de serviços e execução de obras públicas, deve ser reservado o percentual mínimo de 2% de vagas de

trabalho para ocupação por pessoas em situação de rua.

[...]

§ 10. A Administração Pública do Distrito Federal pode deixar de aplicar o disposto neste artigo quando, justificadamente, a contratação de pessoa em situação de rua se mostrar inviável em decorrência:

I - do risco desproporcional que pode gerar a execução do contrato;

II - da falta de pessoal na quantidade imposta no caput deste artigo;

**III - da falta de pessoal qualificado para o serviço a ser contratado . grifo nosso**

[...]

#### 8.4.1.1. Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));

8.4.1.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

e) Justificativa da exigência da qualificação econômico financeira:

I - A comprovação de qualificação econômico-financeira é essencial para garantir a capacidade da empresa de cumprir com as obrigações contratuais em processos licitatórios ou contratações públicas. Essa exigência visa mitigar riscos, assegurando que a empresa contratada possui saúde financeira suficiente para arcar com os custos necessários à execução do contrato, sem comprometer a continuidade do serviço ou a entrega do produto.

II - Essa qualificação permite avaliar a estabilidade econômica da empresa, reduzindo a probabilidade de inadimplência, atrasos ou paralisações na execução dos serviços, o que poderia gerar prejuízos ao órgão contratante. Além disso, a comprovação contribui para a transparência e integridade do processo de contratação, evitando a seleção de fornecedores que possam apresentar riscos financeiros elevados.

III - Portanto, a exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira é uma medida preventiva fundamental para proteger o interesse público e garantir a efetividade dos contratos administrativos.

#### 8.4.1.2. Qualificação Técnica

8.4.1.2.1. A empresa deverá ter objetivo social compatível com o objeto desta contratação, comprovando as aptidões para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.4.1.2.2. Deverá apresentar atestado de capacidade técnica comprovando prestação de serviço de pelo menos 5% (cinco por cento) do montante a ser contratado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter prestado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, de complexidade operacional equivalente ou superior, com o objeto deste Termo de Referência.

8.4.1.2.3. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao do Termo de Referência, admitindo-se a soma do quantitativo de atestados apresentados, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante, em conformidade com a Decisão TCDF nº. 1755/2017;

8.4.1.2.4. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias a comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato e de respectivos aditivos que deu suporte a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

8.4.1.2.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter nome, endereço e telefone de contato do emitente atestador, ser(em) apresentado(s) acompanhado do(s) contrato(s) e respectivo(s) aditivos;

8.4.1.2.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária compatíveis com o objeto da referida contratação. A comprovação será feita por meio de atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou Órgão tomador do serviço.

8.4.1.2.7. Justificativa da exigência da qualificação técnica operacional:

I - A exigência de qualificação técnica operacional para a contratação de solução de rastreamento veicular e gerenciamento de frota tem como objetivo assegurar que a empresa proponente possua competência comprovada para fornecer equipamentos, infraestrutura tecnológica e serviços que atendam aos padrões de qualidade, segurança, disponibilidade e desempenho requeridos pela Administração Pública. Trata-se de requisito fundamental, considerando que o objeto envolve monitoramento contínuo da frota institucional, preservação do patrimônio público, segurança operacional e suporte à tomada de decisões estratégicas.

**II - Garantia de qualidade e eficiência da solução tecnológica**

III - A qualificação técnica assegura que a empresa contratada detenha experiência prévia na implantação e operação de sistemas de rastreamento, com comprovação de fornecimento de equipamentos e plataformas que atendam a requisitos como precisão de localização, disponibilidade de rede, telemetria, integridade de dados, atualização em tempo quase real e mecanismos de alerta confiáveis. Isso garante eficiência operacional e confiabilidade no monitoramento da frota.

**IV - Segurança patrimonial e operacional**

V - Rastreadores e sistemas de telemetria são ferramentas diretamente relacionadas à proteção de bens públicos e à segurança dos usuários. A exigência de qualificação técnica operacional contribui para garantir que a empresa fornecedora possua domínio tecnológico e experiência para entregar equipamentos robustos, com criptografia, controle de comandos remotos, integridade de trilha, protocolos contra perda de sinal e auditoria completa das operações, reduzindo riscos de falhas, vulnerabilidades, indisponibilidades ou inconsistências.

**VI - Conformidade com normas técnicas e boas práticas**

VII - A operação de rastreamento envolve requisitos técnicos relevantes, como padrões de comunicação M2M, APIs de alto desempenho, mecanismos de store-and-forward, protocolos de telecomunicação, requisitos de segurança cibernética, proteção de dados e observância a normas de integridade, auditoria e telemetria. A qualificação técnica assegura que a empresa esteja apta a fornecer equipamentos homologados, sistemas estáveis e serviços compatíveis com as exigências legais e regulatórias aplicáveis.

**VIII - Melhor aproveitamento dos recursos públicos**

IX - Fornecedores com experiência comprovada em implantação de soluções de rastreamento conseguem otimizar a instalação, ativação, manutenção e suporte técnico dos dispositivos, além de oferecer plataformas maduras e escaláveis. Isso reduz custos indiretos, minimiza retrabalhos, previne indisponibilidades e assegura maior eficiência no uso dos veículos e no consumo dos recursos contratados.

**X - Redução de riscos operacionais e tecnológicos**

XI - A ausência de qualificação técnica pode resultar em sistemas instáveis, perda de dados, falhas de comunicação, imprecisão de localização, baixa capacidade de armazenamento offline, comandos remotos inconsistentes, dashboards não confiáveis ou soluções sem trilha de auditoria. Tais falhas podem comprometer a segurança da frota, a rastreabilidade dos veículos, a confiabilidade das informações gerenciais e até mesmo a continuidade dos serviços públicos.

**XII - Responsabilidade e confiança na execução contratual**

XIII - A exigência de qualificação técnica operacional garante que a empresa possua experiência prévia no fornecimento de soluções de rastreamento e gestão de frota em escala similar, transmitindo segurança à Administração quanto à capacidade de entrega, estabilidade da plataforma, suporte pós-venda, atualizações, atendimento a SLA e capacidade de resposta diante de incidentes.

**XIV - Atendimento às expectativas das partes interessadas**

XV - A entrega de uma solução de rastreamento confiável, precisa e em conformidade com as normas e boas práticas de mercado atende às expectativas do órgão contratante e da sociedade, que se beneficia dos ganhos de eficiência, transparência, segurança pública e controle patrimonial proporcionados pelo monitoramento efetivo da frota pública.

**XVI - Síntese Final**

XVII - Em resumo, a exigência de qualificação técnica operacional para o fornecimento de rastreadores veiculares e plataforma de gerenciamento de frota é medida necessária para garantir que a contratada detenha experiência comprovada e capacidade técnica para entregar uma solução robusta, segura e eficiente. Tal exigência reduz riscos operacionais e tecnológicos, assegura conformidade legal e técnica, e promove a eficiência administrativa, a segurança patrimonial e a continuidade dos serviços públicos.

8.4.1.2.8. Apresentação do Sistema de Rastreamento e Gerenciamento de Frota

8.4.1.2.8.1. A licitante provisoriamente melhor classificada deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, apresentar o seu **Sistema de Rastreamento e Gerenciamento de Frota**, em ambiente web, por meio de login e senha, para verificação de suas funcionalidades operacionais, de controle e de gestão da frota da CONTRATANTE. A empresa deverá comprovar a existência e plena operação do sistema, conforme as exigências estabelecidas no Termo de Referência, informando o endereço eletrônico para acesso. Para tanto, deverá disponibilizar todos os equipamentos e módulos necessários, devidamente instalados e configurados, sob pena de desclassificação.

8.4.1.2.8.2. A demonstração técnica tem por finalidade assegurar que a licitante detentora da melhor oferta possua sistema



compatível com as necessidades do DER/DF. Dessa forma, o sistema apresentado será submetido à análise técnica visando verificar o atendimento integral aos requisitos definidos no Termo de Referência.

8.4.1.2.8.3. O DER/DF disponibilizará microcomputador para realização da demonstração. A licitante deverá apresentar seu sistema mediante acesso comum à Internet, em ambiente real de operação.

8.4.1.2.8.4. A análise técnica terá duração máxima de 08 (oito) horas, podendo ser prorrogada a critério da Comissão de Avaliação. Em caso de prorrogação, esta ocorrerá em hora útil imediatamente subsequente ao término previsto.

8.4.1.2.8.5. O DER/DF constituirá Comissão de Avaliação composta por servidores designados para análise do sistema.

8.4.1.2.8.6. A participação de interessados durante a demonstração técnica será permitida, sendo vedada qualquer forma de intervenção durante a avaliação. As manifestações deverão ocorrer somente ao final, em momento oportuno.

8.4.1.2.8.7. É proibido aos presentes o uso de quaisquer aparelhos eletrônicos durante a análise, sob pena de desclassificação da licitante ou retirada do cidadão da sala. Tais aparelhos deverão permanecer desligados e visíveis à Comissão até o encerramento da demonstração.

8.4.1.2.8.8. Após a finalização dos trabalhos, a Comissão de Avaliação emitirá parecer técnico sobre o desempenho e a conformidade do sistema apresentado.

8.4.1.2.8.9. Cumpridos 100% dos requisitos técnicos previstos no Termo de Referência, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.4.1.2.8.10. Caso o sistema apresentado não atenda aos requisitos estabelecidos, o Pregoeiro convocará a próxima licitante classificada, na ordem de classificação, para apresentação de documentação de habilitação e, se habilitada, para realização da mesma demonstração técnica, seguindo-se o mesmo procedimento, até que seja identificada licitante cujo sistema cumpra integralmente o Termo de Referência.

8.4.1.2.8.11. Poderá ser dispensada a apresentação presencial à Comissão de Avaliação, desde que expressamente autorizada pelo DER/DF.

8.4.1.2.9. Critérios de Validação via POC e Aceite

8.4.1.2.9.1. A validação do sistema ocorrerá exclusivamente via POC obrigatória e realizada somente pelo licitante provisoriamente vencedor, sob avaliação de Comissão designada, seguindo roteiro e critérios objetivos (arts. 17, §3º, 41 e 42 da Lei 14.133/2021). A reprovação implicará a desclassificação da proposta, convocando-se o licitante subsequente.

8.4.1.2.9.2. O Roteiro da POC e as evidências obrigatórias constam do Anexo II e contemplam:

- a) Habilitação condicionada por credencial (múltiplas credenciais/ativo) e auditoria de logs.
- b) Coleta e sincronização de eventos em caso de perda temporária de rede (cache → posterior envio).
- c) Cercas/alertas e notificações.
- d) Relatórios e exportações (CSV/XLS/PDF).
- e) API REST/Webhooks (endpoints principais, paginação, limites).
- f) Conectividade M2M (SIM provisionado, relatórios de consumo).
- g) Disponibilidade/SLA no período de observação definido no **Anexo II**.
- h) Evidências: prints, relatórios, payloads de API, coleções Postman, planilha de resultados e ata de validação assinada.

8.4.1.2.9.3. POC é etapa obrigatória: A POC na fase de julgamento, será obrigatória e terá natureza desclassificatória (reprovação implica desclassificação da proposta do provisoriamente vencedor), sendo avaliada por Comissão designada, com critérios objetivos e publicidade do procedimento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.4.1.2.10. Dos testes de funcionalidades do Sistema Rastreamento e Gerenciamento de Frota

8.4.1.2.10.1. **Será conforme CHECK LIST - PROVA CONCEITO do ANEXO - I**, deste Termo de Referência.

## **9. DAS HIPÓTESES DE REAJUSTE**

### **9.1. Do Reajuste**

9.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado do DER/DF.

9.1.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da Proposta de Preços da futura Contratada.

9.1.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.1.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.1.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância

calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.1.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.1.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.1.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.1.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.1.10. O reajustamento anual dos valores a serem dispendidos anualmente para o contrato, em conformidade com o Decreto Distrital nº 37.121, de 16/02/2016.

9.1.11. A data-base para a contagem do interregno anual será fixada em **20 de março de 2026**, nos termos do disposto nas cláusulas contratuais aplicáveis.

9.1.12. Será observada as orientações constantes nos seguintes normativos:

- Art. 37, XXI, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Art. 33, VIII, Decreto Distrital nº 36.520/2015;
- Art. 35, I, Decreto Distrital nº 36.520/2015;
- Decreto Distrital nº 37.121, de 16/02/2016;
- Art. 61, Instrução Normativa nº 5, de 26/05/2017;
- Decreto Distrital nº 38.934/2018;
- Art. 6, LVII, Lei 14.133/2021

## 10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas aos licitantes e contratados da Administração que praticam ilícitos administrativos estão previstas no Art. 155, Art. 156, Art. 157, Art. 158, Art. 159, Art. 160, Art. 161 e Art. 162 da Lei nº 14.133/2021. A aplicação das referidas sanções administrativas previstas nos citados regramentos está regulada, no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.3.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

10.3.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas na alíneas “b”, “c” e “d”, do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

10.3.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, do subitem acima, bem como na alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

10.4. **Multa contratual:**

10.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

10.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

10.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

10.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

10.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

10.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

I - descumprimento de obrigação acessória sem prejuízo relevante ao serviço;

II - atraso na substituição de profissional sem paralisação da atividade;

III - falhas administrativas sanáveis sem dano ao interesse público.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.12.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

10.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **11. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

11.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **12. DO CONTROLE DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

12.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

12.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

12.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

a) A possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

b) A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

c) Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

12.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

12.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

12.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

12.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

12.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.

12.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.13. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

12.13.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; 6.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.13.2. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

## **13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. O valor estimado de **R\$5.852.160,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil cento e sessenta reais)**, foi calculado através de pesquisa de preços e Formação de Planilha de Custos conforme docs. nº 193226295, 193226478, 193226600, 193226736, 194235686, 194235895, 194236257, 194240204, 194240564, 198172729 e 198172901.

## **14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes e dotações da presente contratação serão definidas pela Superintendência Administrativa e Financeira (SUAFIN).

## **15. DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá ao DER/DF, e a autorização para a adesão da Ata será com anuência do superintendente da área demandante.

## **16. DA ADESAO À ATA**

16.1. Nos termos do Decreto Distrital nº 44.330/2023 os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de SRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

16.1.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

16.1.2. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

16.1.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.1.4. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

16.1.5. O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.1.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

## **17. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO**

17.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

17.1.1. For liberado pela Administração Pública;

17.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

17.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.1.4. Sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

17.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração.

17.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

17.2.1. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados; e

17.2.2. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

17.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, e o fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

## **18. RESPONSÁVEL (IS) PELA CONFECCÃO DESTE TERMO**

18.1. Servidor: Juliano Gomes de Oliveira - Diretor de Equipamentos, Manutenção e Transporte

## **19. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

19.1. O foro para dirimir questões relativas ao Termo de Referência e o respectivo Edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

19.3. Maiores informações através do telefone (61) 3111-5719/5720, e-mail: demat.gran@der.df.gov.br ou suoper.demat@der.df.gov.br

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ROTEIRO DE VALIDAÇÃO – POC E ACEITE**

**20. POC EM FASE DE JULGAMENTO (NATUREZA DESCLASSIFICATÓRIA). PREVISTA NO EDITAL, A PROVA DE CONCEITO SERÁ OBRIGATÓRIA E REALIZADA EXCLUSIVAMENTE PELO LICITANTE PROVISORIAMENTE VENCEDOR, SOB AVALIAÇÃO DE COMISSÃO DESIGNADA, SEGUINDO ROTEIRO E CRITÉRIOS OBJETIVOS (LEI Nº 14.133/2021, ARTS. 17, §3º, 41 E 42). A REPROVAÇÃO IMPLICARÁ A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA, COM CONVOCAÇÃO DO LICITANTE SUBSEQUENTE.**

20.1. Objetivo: comprovar atendimento aos requisitos críticos e condição de aceite de cada fase.

**20.2. Definições (para efeitos desta POC)**

20.2.1. Plataforma SaaS: aplicação em nuvem para monitoramento, gestão por grupos/secretarias, cercas virtuais, notificações e relatórios, com RBAC (perfis) e trilha de auditoria exportável.

20.2.2. Unidade de Coleta de Eventos (dispositivo): módulo embarcado com posicionamento GNSS e telemetria, conectado por M2M/SIM multioperadora, com buffer offline e sincronização posterior.

20.2.3. Credencial do servidor: meio de autenticação individual do usuário autorizado, condicionante da habilitação operacional do ativo (suporte a múltiplas credenciais por ativo).

20.2.4. Evento de “alarme”: registro de ativação/desativação por comando ou por regra (ex.: violação de cerca; tentativa de uso sem credencial válida).

20.2.5. Relatórios mínimos: Combinado, Rotas, Eventos, Viagens, Paradas, Resumo, Gráfico de Velocidade e Replay, com exportação (CSV/JSON/PDF).

20.2.6. API pública e Sandbox: interface REST com documentação OpenAPI, paginação/limites e ambiente de homologação; webhooks para entrega de eventos.

**20.3. Preparação**

20.3.1. Instalação de [3] kits em ativos representativos (veículos distintos).

20.3.2. Cadastro de [10] servidores e [10] credenciais por ativo.

20.3.3. Provisionamento de SIM/M2M; criação de grupos e perfis.

20.3.4. Entrega de OpenAPI e acesso a sandbox; credenciais técnicas (API/webhook).

**20.4. Métricas e Medições (aplicáveis ao conjunto da POC)**

20.4.1. As medições observarão os SLA e prazos definidos neste TR. Quando houver valor específico no TR, ele prevalece.

20.4.2. Latência de evento (painel): tempo entre a ocorrência no ativo e a exibição no painel ( $\leq [5]$  s, conforme SLA).

20.4.3. Latência de webhook (push): tempo entre a ocorrência e o recebimento no endpoint do contratante ( $\leq [5]$  s, conforme SLA).

20.4.4. RTT de comando remoto: tempo entre solicitação e confirmação de execução ( $\leq [5]$  s, conforme SLA).

20.4.5. Taxa de sucesso – habilitação válida: 100% das habilitações válidas resultam em ativo apto.

20.4.6. Taxa de bloqueio – sem credencial: 100% das tentativas permanece negado e gera evento.

20.4.7. Integridade/offline: 0% de perda de eventos com sincronização posterior (store-and-forward) em até [30] min.

20.4.8. Exportações e relatórios: geração e download completo dos relatórios mínimos; consistência entre interface e exportações (CSV/JSON/PDF).

20.4.9. Consistência Interface  $\times$  API: igualdade de contagens e campos (amostra definida) entre painel, exportações e API.

20.4.10. RMA (substituição de dispositivo): restauração de operação em até D+2 úteis (conforme TR).

20.4.11. Observação: a Comissão registrará horários com relógios sincronizados e consolidará as medições em planilha de resultados.

**20.5. Casos de Validação (critérios objetivos)**

20.5.1. V01 – Habilitação com credencial válida. Ativo habilita; log registra servidor/ativo/data/hora/local. Critério: 100% sucesso; auditoria exportável.

20.5.2. V02 – Tentativa sem credencial. Ativo permanece desabilitado; evento de negação gerado. Critério: 100% bloqueio; auditoria/exportação.

20.5.3. V03 – Múltiplas credenciais por ativo. Revezamento entre servidores no mesmo dia. Critério: consistência de logs (quem/quando/ativo).

20.5.4. V04 – Perda momentânea de rede. Operação com cache e sincronização posterior sem perda. Critério: 0% perda; reconciliação  $\leq [30]$  min.

20.5.5. V05 – Cercas/alertas. Entrada/saída em cerca gera notificação quase em tempo real. Critério: latência  $\leq [5]$  s (painel e, quando aplicável, webhook).

20.5.6. V06 – Relatórios e exportações. Gerar Combinado, Viagens, Paradas, Eventos, Rotas, Resumo, Gráfico de Velocidade e

Replay; exportar CSV/JSON/PDF. Critério: arquivos íntegros, filtros aplicados e consistência com o painel.

20.5.7. V07 – API – leitura de eventos. Testes conforme OpenAPI (autenticação, paginação/limites). Critério: respostas válidas, paginadas e alinhadas ao painel/exportação.

20.5.8. V08 – Webhooks (push). Recepção de eventos em endpoint do contratante. Critério: latência  $\leq [5]$  s; 100% dos eventos esperados entregues; retentativa conforme especificação.

20.5.9. V09 – Segurança/RBAC. Perfis limitam visibilidade por secretaria/unidade. Critério: restrição efetiva; auditoria de acessos e alterações.

20.5.10. V10 – Substituição de dispositivo (RMA). Troca e retomada da operação. Critério:  $\leq D+2$  úteis; preservação de configuração/grupos/credenciais.

20.5.11. V11 – Comando remoto: ativar/desativar “alarme”. Acionar comandos de ativação/desativação; confirmar na interface e via API/webhook; verificar eventos de “alarme” em telemetria com carimbo de tempo e georreferenciamento. Critério: RTT  $\leq [10]$  s (conforme SLA do TR); trilha de auditoria completa; consistência interface  $\times$  API/webhook.

20.5.12. V12 – Comando remoto: habilitar/desabilitar operacionalidade. Em ambiente controlado (bancada/simulador ou ativo imobilizado), acionar desabilitar (ativo inapto); acionar habilitar (ativo apto); tentar uso sem credencial válida (negado). Critério: RTT  $\leq [10]$  s; auditoria completa; eventos de negação/aceite com carimbo/geo; tentativa sem credencial obrigatoriamente negada e registrada.

20.5.13. V13 – Telemetria/Eventos: “alarmes” como evento. Gerar “alarmes” por comando e por regra (ex.: violação de cerca; tentativa sem credencial). Critério: registros com carimbo de tempo, georreferenciamento e associação à credencial/usuário, quando aplicável; consulta, filtro e exportação disponíveis.

20.5.14. V14 – Gestão de acessos: usuários ilimitados e perfis (RBAC). Criar  $\geq 10$  usuários e perfis distintos; delegar administradores por secretaria/grupo; executar ações com perfis diferentes. Critério: sem limitação de quantidade para usuários/perfis; aplicação efetiva de RBAC; auditoria exportável (quem/quando/o quê).

## 20.6. **Evidências obrigatórias**

20.6.1. Prints/telas do painel (com timestamps visíveis);

20.6.2. Exportações (CSV/JSON/PDF) de relatórios e de eventos/auditoria;

20.6.3. Coleção OpenAPI/Postman utilizada e payloads/respostas (API e webhooks);

20.6.4. Planilha de resultados com tempos medidos e observações;

20.6.5. Ata de validação assinada pela Comissão e pelo licitante.

## 20.7. **Critérios gerais de aprovação/reprovação**

20.7.1. O licitante deverá cumprir integralmente os casos V01 a V14.

20.7.2. Falhas eliminatórias: descumprimento de SLA definido no TR; perda de eventos; inconsistência entre interface  $\times$  API/exportações; inexecução de comandos; permissão de uso sem credencial válida; impossibilidade de exportação; ausência de trilha de auditoria.

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SLA E MÉTRICAS DE DESEMPENHO**

**21. INDICADORES E METAS MÍNIMAS**

21.1. Tabela

Indicador	Definição	Meta mensal
Disponibilidade da plataforma	(tempo disponível ÷ tempo total)	$\geq 99,5\%$
Disponibilidade da API	Uptime dos endpoints principais	$\geq 99,0\%$
Latência de eventos	Tempo evento→registro (p95)	$\leq [10]$ s
Tempo de resposta do suporte	Abertura→1ª interação	2h/4h/8h/24h
Prazo de reparo/RMA	Diagnóstico→substituição funcional	$\leq D+2$ úteis

21.2. Medição e verificação

21.2.1. Medição mensal com relatórios auditáveis e coleta automática; janelas programadas com [72h] de antecedência.

21.3. Abatimentos (exemplo)

21.3.1. Disponibilidade: abatimento automático proporcional à queda de meta.

21.3.2. RMA: multa por dia útil de atraso além do SLA.

21.3.3. Reincidência: majoração progressiva de penalidades.



**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Atendendo ao item \_\_\_\_\_ do presente Termo de Referência, atestamos que do(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, representante indicado(A) expressamente como Representante da empresa \_\_\_\_\_, tomou conhecimento de todas as informações, obstáculos e condições para a execução dos serviços.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Representante do DER/DF.

De acordo:

Data: \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(ass.) \_\_\_\_\_  
Nome do declarante CPF

**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_./\_\_\_\_-\_\_, por intermédio do(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado por intermédio do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital do Pregão Eletrônico do DER/DF Nº \_\_\_\_/2024. Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declaro que me foi dado acesso às dependências do referido edifício, através de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as informações prestadas no Termo de Referência e no Edital.

Data: \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(ass.) \_\_\_\_\_

Nome do declarante CPF

**ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - DER-DF/PRESI/SUOPER/DEMAT**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. Número do processo: 00113-00018831/2025-36

1.2. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) que, encontra amparo no inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020, trata-se de “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que descreve as análises realizadas em relação às condições da contratação em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos, custos e demais características. Esse documento demonstra também a viabilidade técnica e econômica da melhor solução ao problema a ser resolvido, fundamentando o termo de referência, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação”.

1.3. Este ETP tem a premissa de estabelecer as condições necessárias para a contratação de empresa para a prestação de serviços continuados, por meio de sistema de registro de preços, sem locação de mão de obra, de rastreamento, monitoramento e telemetria de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, a disponibilização e licença de Software de gerenciamento com acesso via web, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento para gestão da frota própria de veículos DER/DF, que deverão constar no respectivo Termo de Referência.

**2. ÁREA REQUISITANTE**

2.1. Diretoria de Equipamentos, Manutenção e Transporte - Diretor Responsável: Juliano Gomes de Oliveira - 3111-5720 - juliano.oliveira@der.df.gov.br

2.2. Gerência de Transporte - Gerente Responsável: Marcos Leite Noronha - 3111-5719 - marcos.noronha@der.df.gov.br

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

3.1. Sob a perspectiva do interesse público, Art. 60, inciso I, do Decreto-DF n.º 44.330/2023), a licitação tem por objetivo:

3.1.1. O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF) necessita aprimorar o controle, a gestão e a utilização de sua frota oficial de veículos, assegurando maior eficiência operacional, transparência e economicidade no uso dos recursos públicos.

3.1.2. Atualmente, o acompanhamento da frota não é realizado de forma automatizada e integrada, o que dificulta o monitoramento em tempo real, a análise de dados de utilização e a geração de relatórios gerenciais confiáveis. A ausência de um sistema de rastreamento e telemetria aumenta os riscos de uso indevido, dificuldades na programação de rotas e elevados custos com manutenção e consumo de combustível.

3.1.3. A contratação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria, com módulos instalados nos veículos e software de gestão acessível via web, permitirá um controle mais rigoroso da frota, gerando informações estratégicas para tomada de decisão, melhoria da produtividade, otimização de rotas e redução de custos.

3.1.4. Além disso, esta demanda atende à **determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)** quanto à necessidade de controle eficaz sobre os veículos oficiais, garantindo maior accountability, prevenção de desvios e conformidade com as boas práticas de gestão pública.

3.1.5. Portanto, a implementação do sistema de rastreamento é essencial para assegurar a modernização da gestão da frota do DER/DF, alinhada aos princípios da eficiência, legalidade e economicidade.

**4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

4.1. A contratação deverá contemplar todos os bens e serviços necessários para a implantação e operação do sistema de rastreamento, monitoramento e telemetria da frota do DER/DF, atendendo aos seguintes requisitos principais:

**4.1.1. Equipamentos e Instalação**

4.1.1.1. Fornecimento, em regime de comodato, de módulos rastreadores com tecnologia GPS/GSM/GPRS, com capacidade de transmissão em tempo real e histórico de localização.

4.1.1.2. Instalação técnica dos equipamentos em 100% da frota de veículos leves e pesados com exceção das máquinas, incluindo testes de funcionamento e integração com o software de gestão.

4.1.1.3. Equipamentos resistentes a variações de temperatura, vibração e com bateria interna para funcionamento em caso de desligamento do veículo.

**4.1.2. Software de Gerenciamento**

4.1.2.1. Disponibilização de plataforma online (SaaS) com acesso via web e dispositivos móveis.

4.1.2.2. Funcionalidades de rastreamento em tempo real, histórico de rotas, alertas (desvios, velocidade, uso indevido) e telemetria.

- 4.1.2.3. Geração de relatórios customizáveis e dashboards para análise gerencial.
- 4.1.2.4. Armazenamento seguro dos dados, com histórico mínimo de 12 meses.
- 4.1.3. **Requisitos da solução**
- 4.1.3.1. **Requisitos Funcionais (RF)**
- 4.1.3.1.1. RF01 – Credenciais individuais de servidores: suporte a credenciais pessoais (ex.: Cartão/Tag, PIN, app/ID digital), com vínculo unívoco servidor ↔ credencial e trilha de auditoria.
- 4.1.3.1.2. RF02 – Habilitação condicionada: o ativo somente opera após validação de credencial válida; permitir múltiplas credenciais por ativo e perfis de exceção auditáveis.
- 4.1.3.1.3. RF03 – Registro eletrônico automático: registrar quem (servidor/credencial), qual ativo, data/hora, local e evento no ato de habilitar/desabilitar; manter logs completos.
- 4.1.3.1.4. RF04 – Coleta de eventos e telemetria: envio contínuo (movimento, paradas, entrada/saída de áreas, velocidade, alarmes, desconexão, violação/abertura de caixa, etc.).
- 4.1.3.1.5. RF05 – Perfis, grupos e segregação: usuários ilimitados; segregação por unidade/grupo; RBAC com delegação controlada.
- 4.1.3.1.6. RF06 – Notificações, cercas e calendários: alertas configuráveis; cercas geográficas; agendas operacionais (janelas de uso e manutenção).
- 4.1.3.1.7. RF07 – Relatórios e auditoria: relatórios combinados, rotas, eventos, viagens, paradas, resumos, gráficos e replay; exportação (CSV/XLS/PDF) e agendamento.
- 4.1.3.1.8. RF08 – Integração: API REST/JSON documentada (OpenAPI), webhooks, ambiente de homologação/sandbox e limites de consumo; amostras e playground.
- 4.1.3.1.9. RF09 – Administração de ativos: cadastro com metadados (foto/placa/patrimônio, unidade, localização, atributos operacionais).
- 4.1.3.1.10. RF10 – Conectividade incluída: provisionamento de SIM/M2M com cobertura nacional e gestão de consumo, com relatórios de tráfego por linha/dispositivo, operadora com melhor abrangência de sinal.
- 4.1.3.2. **Requisitos não funcionais (RNF)**
- 4.1.3.2.1. RNF01 – Disponibilidade da plataforma:  $\geq [99,5]\%$  mensal, com medição independente e abatimentos automáticos por descumprimento.
- 4.1.3.2.2. RNF02 – Desempenho: processamento de eventos  $\leq [5]$  s; atualização de painéis  $\leq [5]$  s; latência média de telemetria  $[5]$  s. Retenção de dados  $\geq [24]$  meses (online) + arquivo frio opcional.
- 4.1.3.2.3. RNF03 – Escalabilidade: sem limitação de usuários; crescimento de ativos sem reengenharia; suportar picos sazonais (janelas de entrega/retirada).
- 4.1.3.2.4. RNF04 – Segurança e LGPD: criptografia em trânsito e em repouso; MFA/2FA; SSO (SAML/OIDC) opcional; logs imutáveis; gerenciamento de perfis e segregação por tenant; DPA/Anexo de Privacidade; política de retenção e atendimento a titulares; registro de consentimentos/hipóteses legais quando aplicável.
- 4.1.3.2.5. RNF05 – Portabilidade e independência: exportação massiva de dados (CSV/JSON) e APIs independentes de fornecedor (sem SDK proprietário obrigatório), mitigando lock-in.
- 4.1.3.2.6. RNF06 – Conformidade e acessibilidade: atendimento a WCAG 2.1 (nível AA) na interface web; trilha de auditoria administrativa compatível com controles internos.
- 4.1.3.3. **Requisitos mínimos do dispositivo e da conectividade**
- 4.1.3.3.1. Dispositivo: homologação Anatel; GNSS; acelerômetro; bateria interna para contingência; entradas/saídas para bloqueio seguro; grau de proteção [IP65/IK05]; selagem/antiviolação; OTA (atualizações remotas).
- 4.1.3.3.2. Conectividade M2M: multioperadora/eSIM com failover; APN privada; buffer offline para perda de sinal; KPIs de cobertura; relatórios de consumo; SIMs nomeados por ativo.
- 4.1.3.4. **Rastreamento Veicular Integrado com Controle de Ignição por Identificação do Condutor**
- 4.1.3.4.1. A solução proposta integra rastreamento veicular em tempo real com mecanismo de bloqueio e liberação de ignição baseado na identificação do condutor. O módulo instalado no veículo coleta dados de telemetria, localização GPS e eventos de operação, transmitindo-os à plataforma de monitoramento.
- 4.1.3.4.2. Para o controle de acesso, o sistema exige que o motorista se identifique antes de acionar a ignição, utilizando dispositivos de autenticação compatíveis — Exemplos: iButton ou cartão RFID. Somente após o reconhecimento válido do condutor o equipamento libera eletronicamente o circuito de partida. Todas as tentativas de autenticação, bem-sucedidas ou não, são registradas com carimbo de data, hora e geolocalização.
- 4.1.3.4.3. Essa abordagem assegura rastreabilidade completa do uso da frota, aumenta a segurança, reduz riscos de uso indevido do veículo e garante a vinculação precisa entre condutor, operação e eventos registrados na plataforma.
- 4.1.3.5. **Requisitos de suporte local (DF)**
- 4.1.3.5.1. A contratada deverá manter base de atendimento em Brasília/DF, situada em raio de até 15 km do Ponto de Controle indicado pela Administração, durante toda a vigência contratual.
- 4.1.3.5.2. Comprovação: apresentar declaração de instalação até a assinatura/OS ou em até 10 dias após a OS (prazo definido no edital), com endereço, equipe técnica mínima e estoque de reposição adequado.

4.1.3.5.3. Observação jurídica: requisito instituído para a execução contratual, não para habilitação, em respeito à Súmula 272/TCU.”

#### 4.1.4. **Serviços de Suporte e Manutenção**

4.1.4.1. Suporte técnico remoto e presencial durante toda a vigência contratual.

4.1.4.2. Atualizações do software e manutenção preventiva e corretiva dos módulos rastreadores, com substituição imediata em caso de defeitos.

4.1.4.3. Disponibilidade mínima do sistema (uptime) de 99,5%.

#### 4.1.5. **Capacitação**

4.1.5.1. Treinamento completo para os servidores do DER/DF sobre o uso da plataforma, análise de relatórios e interpretação de dados.

4.1.5.2. Entrega de material de apoio (manual do usuário ou guia rápido).

#### 4.1.6. **Segurança e Conformidade**

4.1.6.1. Uso de protocolos de segurança para transmissão de dados (HTTPS/SSL) e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.1.6.2. Sistema com controle de acesso por níveis de permissão, com registro de atividades realizadas por cada usuário.

#### 4.1.7. **Garantia de Funcionamento**

4.1.7.1. Garantia do funcionamento integral dos equipamentos e do software durante toda a vigência do contrato.

4.1.7.2. Plano de contingência para falhas ou indisponibilidades do sistema.

#### 4.2. **Da classificação do serviço a ser contratado:**

4.2.1. Trata-se de serviço continuado

#### 4.3. **Da duração do contrato:**

4.3.1. O prazo de vigência da contratação deverá ser de até 5 (cinco) anos, nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, que poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e respeitadas as diretrizes do art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### 5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO, DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS**

5.1. Após levantamento, não identificamos alternativas de solução no mercado para o problema apresentado que não seja a contratação na forma escrita nesse estudo. Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem a nossa necessidade. Na oportunidade, constatamos que a forma de contratação é similar aos modelos adotados em outras contratações no âmbito da Administração Pública. Salienta-se ainda que esta é a forma atual adotada, atendendo perfeitamente as necessidades da administração.

### 6. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**Fundamentação:** Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020, art. 60, inciso IV, do Decreto-DF nº 44.330/2023.

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para fornecer serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria da frota do DER/DF, por meio da instalação de módulos rastreadores em comodato e do fornecimento de software de gestão com acesso via web. A solução incluirá todos os serviços necessários, como instalação, configuração, suporte técnico, manutenção, capacitação de servidores e garantia de funcionamento, assegurando monitoramento em tempo real, geração de relatórios gerenciais, otimização de custos operacionais e atendimento às determinações do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

6.2.

### 7. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

7.1. As estimativas de quantidades a serem contratadas estão definidas a seguir:

7.1.1. Quantidade de ativos por tipo

ORDEM	MODELO	PLACA	PREFIXO
1	Chery/Celer 1.5	OVT-1814	VL-033
2	Chery/Celer 1.5	OVT-1815	VL-034
3	Chery/Celer 1.5	OZZ-1015	VL-074
4	Chery/Celer 1.5	OZZ-1016	VL-326
5	Chery/Celer 1.5	OZZ-1018	VL-117
6	Chery/Celer 1.5	OZZ-1019	VL-217
7	Chery/Celer 1.5	OZZ-1020	VL-317
8	Chery/Celer 1.5	OZZ-1021	VL-415
9	Chery/Celer 1.5	OZZ-1021	VL-415

10	Chery/Celer 1.5	OZZ-1022	VL-008
11	Chery/Celer 1.5	PBF-1214	VL-012
12	Chery/Celer 1.5	PBF-1215	VL-218
13	Chery/Celer 1.5	PBF-1216	VL-013
14	Chery/Celer 1.5	PBF-1217	VL-014
15	Chery/Celer 1.5	PBF-1218	VL-702
16	Chery/Celer 1.5	PBF-1218	VL-702
17	Chery/Celer 1.5	PBF-1219	VL-515
18	Chery/Celer 1.5	PBF-1220	VL-701
19	Chery/Celer 1.5	PBF-1221	VL-005
20	Chery/Celer 1.5	PBF-1222	VL-602
21	GM/Ônix 1.0	SSQ-4C38	VL-910
22	GM/Ônix 1.0	SSQ-4J80	VL-911
23	GM/Ônix 1.0	SSQ-4J87	VL-912
24	GM/Ônix 1.0	SSQ-4J98	VL-913
25	GM/Ônix 1.0	SSQ-5A07	VL-914
26	GM/Ônix 1.0	SSQ-5A13	VL-915
27	GM/Ônix 1.0	SSQ-5A15	VL-916
28	GM/Ônix 1.0	SSQ-5A16	VL-917
29	GM/Ônix 1.0	SSQ-5A17	VL-918
30	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B14	VL-919
31	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B18	VL-920
32	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B22	VL-921
33	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B30	VL-922
34	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B46	VL-923
35	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B49	VL-924
36	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B52	VL-925
37	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B55	VL-926
38	GM/Ônix 1.0	SSQ5B57	VL-927
39	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B62	VL-928
40	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B67	VL-929
41	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B70	VL-123
42	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B74	VL-124
43	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B76	VL-224
44	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B80	VL-225
45	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B82	VL-329
46	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B84	VL-330
47	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B87	VL-419
48	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B88	VL-420
49	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B91	VL-519
50	GM/Ônix 1.0	SSQ-5B97	VL-520
51	Chevrolet/CRUZE	REG3C63	VL-073
52	Chevrolet/Ômega	JFO-6653	VL-059
53	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9951	VL-320
54	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9921	VL-087
55	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9801	VL-907
56	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9831	VL-079
57	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9791	VL-083
58	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9791	VL-083
59	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9871	VL-086
60	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9921	VL-087
61	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9861	VL-607
62	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9931	VL-712
63	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9921	VL-087
64	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9761	VL-080
65	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9751	VL-120
66	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9841	VL-219
67	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9811	VL-084

68	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9901	VL-416
69	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9961	VL-075
70	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9891	VL-076
71	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9821	VL-077
72	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9991	VL-078
73	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9971	VL-081
74	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9881	VL-082
75	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9851	VL-516
76	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9791	VL-083
77	Chevrolet/Prisma Maxx	JKP-9871	VL-086
78	Chevrolet/Montana	OZW-8855	PC-105
79	Chevrolet/Montana	OZZ-1003	PC-106
80	Chevrolet/Montana	OZZ-1004	PC-206
81	Chevrolet/Montana	OZZ-1008	PC-207
82	Chevrolet/Montana	OZW-8852	PC-307
83	Chevrolet/Montana	OZZ-1007	PC-308
84	Chevrolet/Montana	OZZ-1005	PC-406
85	Chevrolet/Montana	OZZ-1009	PC-407
86	Chevrolet/Montana	PBZ-6131	PC-408
87	Chevrolet/Montana	PBZ-6132	PC-501
88	Chevrolet/Montana	OZZ-1006	PC-505
89	Chevrolet/Montana	OZZ-1010	PC-506
90	Chevrolet/Montana	OZW-8857	PC-507
91	Chevrolet/Montana LS2	OZW-8854	PC-003
92	Chevrolet/Montana LS2	OZZ-1002	PC-705
93	Chevrolet/Montana LS2	OZZ-1011	PC-704
94	Chevrolet/Montana LS2	OZW-8849	PC-309
95	Chevrolet/ Blazer	JGC-9811	VL-002
96	Chevrolet/ Blazer	JGC-9821	VL-604
97	Chevrolet/ Blazer	JGC-9831	VL-608
98	Chevrolet/ Blazer	JGC-9771	VL-201
99	Chevrolet/ Blazer	JGC-9741	VL-302
100	Chevrolet/ Blazer	JGC-9761	VL322
101	Chevrolet/ Blazer	JGC-9781	VL-325
102	Chevrolet/ Blazer	JGC-9801	VL-411
103	Chevrolet/ Blazer	JGC-9321	VL-501
104	Chevrolet / S10	JFO-7255	PC-004
105	Chevrolet / S10	JFO-9380	PC-019
106	Chevrolet / S10	PAQ-8541	PC-012
107	Chevrolet / S10	PAQ-8556	PC-013
108	Chevrolet / S10	OVS-7463	PC-014
109	Chevrolet / S10	OVS-7464	PC-015
110	Chevrolet / S10	PAQ-8534	PC-017
111	Chevrolet / S10	PAQ-8567	PC-018
112	Chevrolet / S10	JFO-9380	PC-019
113	Chevrolet / S10	OVS-6672	PC-022
114	Chevrolet / S10	OVS-6671	PC-023
115	Chevrolet / S10	PAQ-8536	PC-024
116	Chevrolet / S10	PAQ-8555	PC-025
117	Chevrolet / S10	PAQ-8550	PC-026
118	Chevrolet / S10	OVS-6669	PC-027
119	Chevrolet / S10	OVS-6673	PC-028
120	Chevrolet / S10	PAQ-8571	PC-030
121	Chevrolet / S10	PAQ-8537	PC-104
122	Chevrolet / S10	PAQ-8553	PC-107
123	Chevrolet / S10	PAQ-8548	PC-108
124	Chevrolet / S10	PAQ-8569	PC-201

125	Chevrolet / S10	OVS-6670	PC-209
126	Chevrolet / S10	OVS-7466	PC-210
127	Chevrolet / S10	PAQ-8542	PC-306
128	Chevrolet / S10	PAQ-8545	PC-310
129	Chevrolet / S10	PAQ-8554	PC-405
130	Chevrolet / S10	PAQ-8543	PC-409
131	Chevrolet / S10	PAQ-8539	PC-504
132	Chevrolet / S10	PAQ-8527	PC-508
133	Chevrolet / S10	PAQ-8549	PC-601
134	Chevrolet / S10	PAQ-8547	PC-602
135	Chevrolet / S10	PAQ-8532	PC-603
136	Chevrolet / S10	PAQ-8533	PC-610
137	Chevrolet / S10	PAQ-8568	PC-611
138	Chevrolet / S10	PAQ-8538	VT-712
139	Chevrolet / S10	PAQ-8570	VT-728
140	Chevrolet / S10	OVS-7465	VT-780
141	Chevrolet / S10	PAQ-8529	VT-783
142	Chevrolet / S10 LT DD4	RER1F79	VT-797
143	Chevrolet / S10 LT DD4	RER1F92	VT-798
144	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F11	VT-799
145	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F21	VT-801
146	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F24	VT-802
147	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F26	VT-803
148	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F31	VT-804
149	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F35	VT-805
150	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F38	VT-806
151	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F42	VT-807
152	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F47	VT-808
153	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F51	VT-809
154	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F56	VT-810
155	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F59	VT-811
156	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F68	VT-812
157	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F75	VT-813
158	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F76	VT-814
159	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F78	VT-815
160	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F82	VT-816
161	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F87	VT-817
162	Chevrolet / S10 LT DD4	RER2F89	VT-818
163	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H19	VT-819
164	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H44	VT-820
165	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H86	VT-821
166	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H78	VT-822
167	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H90	VT-823
168	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H42	VT-824
169	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H34	VT-825
170	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H72	VT-826
171	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H71	VT-827
172	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H53	VT-828
173	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H84	VT-829
174	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H80	VT-830
175	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H46	VT-832
176	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H83	VT-833
177	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H31	VT-834
178	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H48	VT-835
179	Chevrolet / S10 LT DD4	SGQ3H88	VT-836
180	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-7460	VL-030
181	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-7455	VL-048
182	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-7456	VL-778



183	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-7457	VL-779
184	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-7458	VT-777
185	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-7459	VL-609
186	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-7461	VL-121
187	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-7462	VL-517
188	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-8382	VL-328
189	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-8384	VL-094
190	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-8385	VL-324
191	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-8388	VL-417
192	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-8390	VL-321
193	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVS-8783	VL-903
194	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVT-0461	VL-221
195	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVT-0462	VL-095
196	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVT-1357	VL-905
197	Chevrolet/Trail Blazer 3.6	OVT-1358	VL-518
198	Citroen Jumper F35LH	PBD-8576	VN-402
199	Citroen Jumper/Vetrato	OVT-1754	VN-001
200	Citroen Jumper/Vetrato	OVT-1753	VN-704
201	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-4420	VL-010
202	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-4390	VL-011
203	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-4350	VL-017
204	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-7840	VL-096
205	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-8440	VL-097
206	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-6670	VL-098
207	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-8400	VL-099
208	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-7400	VL-122
209	FIAT LINEA essence 1.8	JKK-2528	VL-222
210	FIAT LINEA essence 1.8	JKK-2248	VL-223
211	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-4550	VL-327
212	FIAT LINEA essence 1.8	JKK-2378	VL-418
213	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-8370	VL-505
214	FIAT LINEA essence 1.8	JKK-2458	VL-605
215	FIAT LINEA essence 1.8	JKK-2488	VL-610
216	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-7390	VL-611
217	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-8510	VL-703
218	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-4500	VL-901
219	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-6730	VL-902
220	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-4470	VL-904
221	FIAT LINEA essence 1.8	JKK-2058	VL-016
222	FIAT LINEA essence 1.8	JKK-2168	VL-906
223	FIAT LINEA essence 1.8	JKP-7570	VL-909
224	FIAT DOBLÔ HLX	JHO-5131	VL-092
225	Fiat Strada	JFP-7145	PC-205
226	Fiat Strada	JFP-7165	PC-305
227	Fiat Strada	JFP-7175	PC-403
228	Fiat Strada	JFP-7195	PC-502
229	Fiat Strada	JFP-7205	PC-503
230	Fiat/Siena EL	JKP-5860	VL-710
231	Fiat/Siena EL	JKP-5840	VL-709
232	Fiat/Siena EL	JKP-5850	VL-018
233	Fiat Uno Mille Way	JGL-4151	VL-042
234	Fiat Uno Mille Way	JGL-0431	VL-037
235	Fiat Uno Mille Way	JGL-0441	VL-038
236	Fiat Uno Mille Way	JGL-0481	VL-039
237	Fiat Uno Mille Way	JGL-3871	VL-040
238	Fiat Uno Mille Way	JGL-3881	VL-041
239	Fiat Uno Mille Way	JGL-4151	VL-042
240	Fiat Uno Mille Way	JGL-4131	VL-043

241	Fiat Uno Mille Way	JGL-4141	VL-044
242	Fiat Uno Mille Way	JGL-0721	VL-046
243	Fiat Uno Mille Way	JGC-9891	VL-047
244	Fiat Uno Mille Way	JGL-3911	VL-052
245	Fiat Uno Mille Way	JGL-0561	VL-108
246	Fiat Uno Mille Way	JGL-3791	VL-109
247	Fiat Uno Mille Way	JGL-3851	VL-118
248	Fiat Uno Mille Way	JGL-0641	VL-207
249	Fiat Uno Mille Way	JGL-3801	VL-208
250	Fiat Uno Mille Way	JGL-0681	VL-307
251	Fiat Uno Mille Way	JGL-0521	VL-309
252	Fiat Uno Mille Way	JGL-0601	VL-311
253	Fiat Uno Mille Way	JGL-0731	VL-407
254	Fiat Uno mllle Way	JGL-3821	VL-409
255	Fiat Uno mllle Way	JGC-9921	VL-508
256	Fiat Uno mllle Way	JGC-9951	VL-509
257	Fiat Uno mllle Way	JGL-3831	VL-510
258	Fiat Uno mllle Way	JGL-3891	VL-606
259	Fiat Uno mllle Way	JGL-3861	VL-706
260	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JJT-6890	VL-006
261	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5130	VL-114
262	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-6410	VL-119
263	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5090	VL-319
264	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-6390	VL-408
265	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-6400	VL-413
266	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5040	VL-514
267	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5060	VL-707
268	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-6420	VL-713
269	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JJL-1817	VL-736
270	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKK-9108	VL-747
271	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5100	VL-749
272	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5110	VT-737
273	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5120	VL-738
274	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5150	VT-739
275	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5140	VT-740
276	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5080	VT-745
277	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5030	VT-750
278	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5020	VT-751
279	Fiat/Palio Wk Trekking 1.6	JKP-5070	VT-735
280	Fiat/Palio Wk Adventure 1.8	OVQ-1203	VL-757
281	Fiat/Palio Wk Adventure 1.8	OVQ-1213	VT-754
282	Fiat/Palio Wk Adventure 1.8	OVQ-1223	VT-755
283	Fiat/Palio Wk Adventure 1.8	OVQ-1233	VT-756
284	Fiat/Palio Wk Adventure 1.8	OVQ-1253	VT-753
285	Fiat Ducato Multi	JFP-8815	VN-401
286	Fiat Ducato Multi	JFP-8805	VN-002
287	FIAT DUCATO 2.3 MULTIJET	JDX-1925	VN-004
288	FIAT DUCATO 2.3 MULTIJET	JDX1955	VN-005
289	FIAT DUCATO 2.3 MULTIJET	JDX6363	VN-006
290	FIAT DUCATO 2.3 MULTIJET	JDX4555	VN-101
291	FIAT DUCATO 2.3 MULTIJET	JDX-1905	VN-201
292	FIAT DUCATO 2.3 MULTIJET	JDX-4575	VN-202
293	FIAT DUCATO 2.3 MULTIJET	JDX-0505	VN-301
294	FIAT DUCATO 2.3 MULTIJET	JDX-6633	VN-501
295	FIAT DUCATO 2.3 MULTIJET	JDX-3515	VN-705
296	Ford Ranger XL	JFP-0603	PC-311
297	M. Benz Sprinter 313	JFP-6515	VN-701
298	Volkswagen Gol 1.0	JJL-1887	VL-102

299	Volkswagen Gol 1.0	JJL-1857	VL-210
300	Volkswagen Gol 1.0	JJL-1897	VL-213
301	Volkswagen Gol 1.0	JJL-1907	VL-308
302	Volkswagen Gol 1.0	JJL-1867	VL-310
303	Volkswagen Gol 1.0	JJL-1877	VL-410
304	Volkswagen Gol 1.0	JJL-1847	VL-511
305	Volkswagen Gol 1.6	JKH-6093	VL-032
306	Volkswagen Gol 1.6	JKH-6103	VL-004
307	Volkswagen Gol 1.6	JKH-6113	VL-211
308	Volkswagen Gol 1.6	JKH-6083	VL-214
309	Volkswagen Gol 1.6	JKH-6063	VL-323
310	Volkswagen Gol 1.6	JKH-6073	VL-507
311	Volkswagen Kombi	JHW-9859	FG-604
312	Volkswagen Kombi	JHW-9819	FG-605
313	Volkswagen Kombi	JHW-9829	FG-601
314	Volkswagen Kombi	JFO-0115	PC-002
315	VW/Parati 1.8	JKH-7151	VL-049
316	VW/Parati 1.8	JKH-7161	VL-056
317	VW/Parati 1.8	JKH-7181	VL-057
318	Renault Sandero Zen16 1.6	REF-4E26	VL-067
319	Renault Sandero Zen16 1.6	REF-4E27	VL-068
320	Renault Sandero Zen16 1.6	REF-4E25	VL-069
321	Renault Sandero Zen16 1.6	REF-3I01	VL-070
322	Renault Sandero Zen16 1.6	REF-2I97	VL-071
323	Renault Sandero Zen16 1.6	REF-4E22	VL-072
324	Renault/Logan 1.6	OVS-8359	VL-110
325	Renault/Logan 1.6	OVS-8362	VL-202
326	Renault/Logan 1.6	OVS-8360	VL-502
327	Toyota Corolla	JHG-9742	VL-060
328	Toyota Corolla	JKH-6401	VL-064
329	Toyota Corolla	JHG-9722	VL-090
330	Toyota Corolla	JIL-2981	VL-091
331	Triumph Tiger XCX	PBG-2886	MT-001
332	Triumph Tiger XCX	PBG-2887	MT-002
333	Triumph Tiger XCX	PBG-2888	MT-003
334	Triumph Tiger XCX	PBG-2873	MT-709
335	Triumph Tiger XCX	PBG-2874	MT-710
336	Triumph Tiger XCX	PBG-2875	MT-711
337	Triumph Tiger XCX	PBG-2876	MT-712
338	Triumph Tiger XCX	PBG-2877	MT-713
339	Triumph Tiger XCX	PBG-2878	MT-714
340	Triumph Tiger XCX	PBG-2879	MT-715
341	Triumph Tiger XCX	PBG-2880	MT-716
342	Triumph Tiger XCX	PBG-2881	MT-717
343	Triumph Tiger XCX	PBG-2882	MT-718
344	Triumph Tiger XCX	PBG-2883	MT-719
345	Triumph Tiger XCX	PBG-2884	MT-720
346	Triumph Tiger XCX	PBG-2885	MT-721
347	CB 600F HORNET	JKH-9108	MT-004
348	CB 600F HORNET	OVT-1925	MT-005
349	CB 600F HORNET	OVT-0569	MT-006
350	CB 600F HORNET	OZW-8791	MT-007
351	CB 600F HORNET	OVT-0572	MT-008
352	CB 600F HORNET	OZZ-0945	MT-009
353	CB 600F HORNET	OZZ-0969	MT-010
354	CB 600F HORNET	JKH-9128	MT-011
355	CB 600F HORNET	JKH-9148	MT-012
356	CB 600F HORNET	JKH-9158	MT-020

357	Ford Cargo 14.15	JFP-9375	CB-105
358	Ford Cargo 14.15	JFO-8622	CC-402
359	Ford Cargo 1719 S	BCR-8079	CE-002
360	Ford Cargo 17.21	JFP-9415	CB-109
361	Ford Cargo 17.21	JFP-9405	CB-108
362	Ford Cargo 17.21	JFP-9435	CB-205
363	Ford Cargo 17.21	JFP-9445	CB-206
364	Ford Cargo 17.21	JFP-9455	CB-207
365	Ford Cargo 17.21	JFP-9475	CB-209
366	Ford Cargo 17.21	JFP-9485	CB-210
367	Ford Cargo 17.21	JFP-9505	CB-306
368	Ford Cargo 17.21	JFP-9515	CB-307
369	Ford Cargo 17.21	JFP-9535	CB-309
370	Ford Cargo 17.21	JFP-9545	CB-310
371	Ford Cargo 17.21	JFP-8825	CP-301
372	Ford Cargo 17.21	JFP-9555	CB-405
373	Ford Cargo 17.21	JFP-9575	CB-407
374	Ford Cargo 17.21	JFP-9605	CB-410
375	Ford Cargo 17.21	JFP-8835	CP-401
376	Ford Cargo 17.21	JFP-9615	CB-505
377	Ford Cargo 17.21	JFP-9655	CB-509
378	Ford Cargo 17.21	JFP-9645	CB-508
379	Ford Cargo 17.21	JFP-9675	CB-510
380	Ford Cargo 17.21	JFP-9695	CL-501
381	Ford Cargo 17.21	JFP-9465	CE-003
382	Ford Cargo 40.31	JFP-6755	CM-201
383	Ford Cargo 40.31	JFP-6765	CM-401
384	Ford Cargo 40.31	JFP-6775	CM-001
385	Ford Cargo 816 S	JKP-6330	CF-003
386	Ford Cargo 816 S	PBL-9065	CC-007
387	Ford Cargo 816 S	PBL-9066	CC-008
388	Ford Cargo 816 S	PBL-9064	CC-009
389	Ford/Cargo 816S	OVS-7906	CC-010
390	Ford/Cargo 1719 S	PBT-5175	CL-102
391	Ford/Cargo 1719 S	PBT-5174	CL-203
392	Ford/Cargo 1719 S	PBT-5176	CL-302
393	Ford/Cargo 1719 S	PBT-5177	CL-403
394	Ford/Cargo 1719 S	PBT-5178	CL-502
395	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6712	CB-113
396	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6735	CB-114
397	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6713	CB-115
398	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6714	CB-116
399	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6715	CB-117
400	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6716	CB-212
401	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6717	CB-213
402	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6711	CB-214
403	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6718	CB-215
404	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6719	CB-216
405	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6720	CB-217
406	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6721	CB-218
407	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6723	CB-313
408	Ford/Cargo 2631 6X4	PBR-6736	CB-314
409	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6724	CB-315
410	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6725	CB-316
411	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6726	CB-317
412	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6722	CB-318
413	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6727	CB-412
414	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6728	CB-413

415	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6737	CB-414
416	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6729	CB-415
417	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6730	CB-416
418	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6731	CB-513
419	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6738	CB-514
420	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6732	CB-515
421	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6733	CB-516
422	Ford/Cargo 2629 6X4	PBR-6734	CB-517
423	Iveco Eurocargo	JJL-1878	CG-004
424	Iveco Eurocargo	JJL-1888	CG-005
425	Iveco Tector 11-190	REO9B82	CG-011
426	Iveco Tector 11-190	REO9B79	CG-012
427	Iveco/Tector 170E22	OVQ-0523	CP-203
428	Iveco Tector 24-280	REV-3E99	CB-219
429	Iveco Tector 24-280	REV-4E10	CB-319
430	Iveco Tector 24-280	REV-4E05	CB-001
431	M. Benz 712C	JFP-9705	CF-001
432	M. Benz 710	JFP-6955	CC-106
433	M. Benz 710	JFP-6965	CC-207
434	M. Benz 710	JFP-6975	CC-306
435	M. Benz 710	JFP-6985	CC-406
436	M. Benz 710	JFP-6995	CC-506
437	M. Benz Accelo 815	OVT-2206	CC-005
438	M. Benz LK-1313	JFO-1757	CC-006
439	M. Benz/Axor3344	PAC-9109	CG-001
440	M. Benz/Axor3344	OVS-7928	CG-006
441	M.Benz/Accelo 815	OVT-2202	CC-107
442	M.Benz/Accelo 815	OVT-2201	CC-108
443	M.Benz/Accelo 815	OVT-2203	CC-109
444	M.Benz/Accelo 815	OVT-2199	CC-209
445	M.Benz/Accelo 815	OVT-2200	CC-210
446	M.Benz/Accelo 815	OVT-2193	CC-211
447	M.Benz/Accelo 815	OVT-2204	CC-212
448	M.Benz/Accelo 815	PAC-9620	CC-307
449	M.Benz/Accelo 815	OVT-2196	CC-308
450	M.Benz/Accelo 815	OVT-2198	CC-309
451	M.Benz/Accelo 815	OVT-2197	CC-407
452	M.Benz/Accelo 815	OVT-2192	CC-408
453	M.Benz/Accelo 815	OVT-2194	CC-409
454	M.Benz/Accelo 815	OVT-2205	CC-410
455	M.Benz/Accelo 815	OVT-2195	CC-507
456	M.Benz/Accelo 815	OVT-2190	CC-508
457	M.Benz/Accelo 815	OVT-2189	CC-509
458	M.Benz/Accelo 815	OVT-2191	CC-002
459	M.Benz/Accelo 815	OVS-7495	CG-007
460	M.Benz/Accelo 815	OVS-7494	CG-008
461	M.Benz/Accelo 815	OVS-7493	CG-009
462	M.Benz/Accelo 815	OVS-9741	CG-010
463	M.Benz/Atego1719	OVT-2208	CC-110
464	M.Benz/Atego1719	OVS-7921	CC-213
465	M.Benz/Atego1719	OVS-7932	CC-310
466	M.Benz/Atego1719	PAC-9619	CC-411
467	M.Benz/Atego1719	PAC-9618	CC-510
468	M.Bebz/Atego2426	OVS-7907	CP-102
469	M.Bebz/Atego2426	OVS-7912	CP-103
470	M.Benz/Atego2426	OVS-7910	CP-204
471	M.Benz/Atego2426	OVS-7913	CP-205

472	M.Benz/Atego2426	OVS-7909	CP-302
473	M.Benz/Atego2426	OVS-7915	CP-303
474	M.Benz/Atego2426	OVS-7914	CP-402
475	M.Benz/Atego2426	OVS-7916	CP-403
476	M.Benz/Atego2426	OVS-7908	CP-502
477	M.Benz/Atego2426	OVS-7911	CP-503
478	M.Benz/Atego2426	OVS-7917	CP-001
479	Mercedes Benz Axor 2544 S/36	REP-3A43	CM-102
480	Mercedes Benz Axor 2544 S/36	REP-6I67	CM-203
481	Mercedes Benz Axor 2544 S/36	RER-9A32	CM-302
482	Mercedes Benz Axor 2544 S/36	REP-5D64	CM-402
483	Mercedes Benz Axor 2544 S/36	REP-5D74	CM-502
484	Volkswagen 13.150	JFP-6615	CC-105
485	Volkswagen 13.150	JFP-6625	CC-206
486	Volkswagen 13.150	JFP-6635	CC-305
487	Volkswagen 13.150	JFP-6655	CC-505
488	Volkswagen 14.150	JFO-0840	CP-201
489	Volkswagen 14.150	JFO-9482	CP-202
490	Volkswagen 14.150	JFO-1887	CL-402
491	Volkswagen 14.150	JFO-2660	CP-501
492	Volkswagen 15.180	KOB-4685	CF-002
493	Volkswagen 7.100	JFO-0870	CC-303
494	Volksagen 13.150	JFP-6645	CC-405
495	VW MASCAGRANMINI 8-120	JJU9451	ON-201
496	VW MASCAGRANMINI 8-120	JJU9441	ON-401
497	VW/ Comil Svelto	JJL-1837	ON-001
498	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	PAR7A59	CB118
499	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	PAR7A51	CB119
500	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	PAR7A57	CB220
501	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	PAR9J82	CB221
502	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	SSQ2J56	CB320
503	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	SSQ3A63	CB321
504	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	PAR9J87	CB417
505	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	PAR9J92	CB418
506	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	SSQ3A53	CB518
507	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	SGZ0C68	CB519
508	VW/ CONSTELATION 27260 CRM 6X4	SSQ3A59	CB520

7.1.2. Quantidade de Agentes Públicos/credenciais

Unidade	Servidores habilitados	Perfis de acesso
DER/SUOPER	5	Gestor do Sistema
DER-DF	(Me) 900	Condutores

7.2. **A Relação dos Veículos não é taxativa**, podendo, no decorrer do Contrato, serem acrescidos novos veículos oriundos de novas aquisições e/ou doações e/ou suprimidos(as).

## 8. MEMÓRIA DE CÁLCULO E METODOLOGIA

**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

8.1. Tabela com as quantidades por categoria leve e pesado:

Tipo de ativo	Qtde planejada	Lotações
---------------	----------------	----------

Veículos leves	356	DER
Veículos pesados	152	DER
<b>Total</b>	<b>508</b>	

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado de **RS 5.852.160,00** (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil cento e sessenta reais), foi calculado através de pesquisa de preços e Formação de Planilha de Custos conforme docs. nº 193226295, 193226478, 193226600, 193226736, 194235686, 194235895, 194236257, 194240204, 194240564, 198172729 e 198172901

## 10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. A contratação será realizada **de forma global**, sem parcelamento, uma vez que todos os itens (módulos rastreadores, software de gestão, instalação, suporte técnico, manutenção e capacitação) são **componentes interdependentes** e indispensáveis para o funcionamento pleno do sistema de rastreamento e telemetria.

10.2. O parcelamento desta contratação poderia:

10.2.1. Comprometer a integração entre os equipamentos e o software, gerando riscos de incompatibilidade técnica.

10.2.2. Dificultar a gestão e fiscalização contratual, aumentando custos e a complexidade administrativa.

10.2.3. Prejudicar a garantia de funcionamento, já que a responsabilidade pela solução seria diluída entre diferentes fornecedores.

10.3. Assim, a contratação unificada assegura maior eficiência, economia de escala, padronização tecnológica e clareza na responsabilização do contratado, além de atender aos princípios da eficiência, economicidade e gestão integrada da solução.

## 11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação do sistema de rastreamento, monitoramento e telemetria da frota do DER/DF visa alcançar os seguintes resultados:

11.1.1. Controle total da frota em tempo real, com histórico detalhado de deslocamentos, rotas, paradas e tempos de uso dos veículos.

11.1.2. Redução de custos operacionais, por meio do monitoramento de telemetria, otimização de rotas e prevenção do uso indevido.

11.1.3. Maior eficiência na gestão da frota, com geração de relatórios e indicadores estratégicos para tomada de decisão.

11.1.4. Cumprimento das determinações do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), garantindo transparência e rastreabilidade no uso dos veículos oficiais.

11.1.5. Aumento da segurança do patrimônio público, com rápida localização e recuperação de veículos em caso de incidentes.

11.1.6. Modernização da gestão do DER/DF, integrando tecnologia e dados para uma administração mais eficiente e sustentável.

## 12. PROVIDÊNCIAS PREVIAS A CONTRATAÇÃO

12.1. Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à contratação, visto que não há necessidade de capacitação de fiscais e/ou gestores de contrato ou de adequação do ambiente da organização.

12.2. Será requisitado da Equipe Gestora, na figura do Fiscal Técnico o acompanhamento dos serviços, a fim de assegurar que os serviços prestados estejam dentro do previsto em contrato, a fim de avaliar se as peças instaladas são de primeiro uso.

12.3. Para atuar no acompanhamento dos serviços, a DEMAT possui servidores aptos, os quais serão designados oportunamente.

## 13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

13.1. Possíveis impactos ambientais da contratação e medidas de tratamento em razão dos impactos ambientais devem ser observadas pela Empresa Contratada conforme o estabelecido na LEI Nº 4.770, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2012 do Distrito Federal.

13.2. A contratada será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar a este Órgão em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas à comercialização dos produtos e/ou serviços prestados;

13.3. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos materiais usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante, ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022; da Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009; da Instrução Normativa IBAMA nº 09, de 20 de julho de 2021; e legislação correlata;

13.4. A contratação, por se tratar de serviços tecnológicos e instalação de equipamentos de rastreamento, não gera impactos ambientais significativos diretos. No entanto, alguns efeitos indiretos podem ser considerados:

13.4.1. **Impactos Ambientais Potenciais**

13.4.1.1. Geração de resíduos eletrônicos no caso de substituição ou descarte dos módulos rastreadores.

13.4.1.2. Consumo energético relacionado ao funcionamento contínuo do sistema e servidores de armazenamento de dados.

13.4.1.3. Emissão de poluentes pela frota, caso não haja controle eficiente do uso dos veículos.

13.4.2. **Medidas de Tratamento**

13.4.2.1. Destinação ambientalmente adequada dos módulos eletrônicos em desuso, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

13.4.2.2. Adoção de data centers com políticas de eficiência energética, preferencialmente com uso de energia renovável e certificações ambientais (quando possível).

13.4.2.3. Otimização de rotas e redução de deslocamentos desnecessários, contribuindo para a diminuição do consumo de combustíveis fósseis e redução da emissão de gases de efeito estufa.

13.4.2.4. Treinamento de servidores para condução eficiente, incentivando práticas que reduzam o impacto ambiental da frota.

14. **MODELO DE CONTRATAÇÃO**

14.1. Sugerimos adotar o procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por se tratar de aquisição de serviço(s) comum(ns) com especificação(ões) objetiva(s) e usual(is) de mercado, com fulcro na Lei nº 14.133/2021, Art. 29, Art. 114 do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

15. **CONTRATAÇÃO CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES**

15.1. O DER/DF não possuiu contratação correlata aos serviços objeto deste ETP. Isto posto, para que a Administração possa prosseguir realizando suas atividades operacionais com agilidade, continuidade, qualidade e desempenho é mister a realização deste processo licitatório para o objeto em questão.

16. **DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE;**

**Fundamentação:** Art. 60, inciso IX, do Decreto-DF N.º 44.330/2023

16.1. A contratação pretendida para o sistema de rastreamento, monitoramento e telemetria da frota do DER/DF foi prevista no PCA 2026, foi cadastrado no sistema e-COMPRASDF e esta com status em execução com o ID nº 12819.

17. **MAPA DE RISCOS**

17.1. Integra o presente ETP o Mapa de Riscos (SEI 176756543);

17.2. O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e o gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis ações preventivas e contingências, além dos danos potenciais, bem como a identificação dos responsáveis por cada ação.

17.3. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

18. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

18.1. Com fundamento no estudo preliminar realizado, declaramos que a contratação pretendida é viável, não havendo quaisquer óbices técnicos à sua continuidade.

18.2. Em atendimento ao disposto no art. 60, inciso XIII, do Decreto-DF nº 44.330/2023, apresenta-se o posicionamento conclusivo acerca da adequação da contratação ao atendimento da necessidade administrativa que a fundamenta.

18.3. Com base no Estudo Técnico Preliminar elaborado, conclui-se que a contratação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria para a frota do DER/DF mostra-se adequada, necessária e plenamente compatível com as demandas institucionais identificadas.

18.4. A solução proposta atende de forma eficiente às necessidades operacionais do setor demandante, proporcionando maior controle da frota, otimização de rotas, redução de custos operacionais, melhoria na gestão de manutenção, incremento da transparência e fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e governança. Ademais, encontra-se alinhada às determinações e boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, especialmente quanto à eficiência e ao controle dos gastos públicos.

18.5. Sob os aspectos técnico, operacional e financeiro, verificou-se que:

18.5.1. há disponibilidade de solução tecnológica compatível com a realidade da Autarquia;



- 18.5.2. existem empresas especializadas no mercado aptas a executar o objeto pretendido;
- 18.5.3. a despesa encontra-se prevista no planejamento do setor requisitante, conforme item 16.1;
- 18.5.4. os benefícios estimados superam os custos envolvidos, evidenciando vantajosidade administrativa.
- 18.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação é adequada ao atendimento da necessidade pública identificada, mostrando-se pertinente, proporcional e alinhada aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento.

**19. RESPONSÁVEL(IS) PELA CONFECÇÃO DESTE ETP**

- 19.1. Servidor(a): Juliano Gomes de Oliveira, Matrícula nº 224.379-2, Diretor de Equipamentos, Manutenção e Transporte - DEMAT.

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 25.966, de 23/06/2005.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Observações: Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar, caso não cadastrado no SICAF, toda a documentação necessária ao cadastramento no sistema:

- I) habilitação jurídica, quando for o caso;
- II) qualificação técnica;
- III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;
- IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS;
- V) regularidade fiscal perante s Fazendas Estaduais e Municipais; e
- VI) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019**

ÓRGÃO/ENTIDADE
PROCESSO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
NÚMERO DA LICITAÇÃO
LICITANTE
CNPJ/CPF
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL
REPRESENTANTE LEGA
CPF

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

## DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 e suas alterações, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Edital de Licitação Pregão Eletrônico 90012/2026 (201125435)

**ANEXO V**

**TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO**

**DA LEI Nº 6.128/2018 E DECRETO Nº 45.846/2024**

**(Reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua)**

A Licitante \_\_\_\_\_ (Razão Social ou Nome da Empresa ou do Consórcio), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, para os fins previstos no Edital de Licitação nº \_\_\_\_/20\_\_ do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, que atenderá ao percentual de 2% das vagas de trabalho em serviços e execução de obras públicas para pessoas em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 6.128/2018 e no Decreto nº 45.846/2024.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO VI**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**MINUTA PARA EDITAL - Elaborado com base no Termo de Referência 6 (198294370)**

**MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - AGU - Versão: novembro/2025**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

Processo Administrativo nº 00113-00018831/2025-36

Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF**, com sede no Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco “C”, Edifício Sede do DER/DF, Setores Complementares, CEP: 70620-030, Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.070.532/0001-03, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Presidente, Engenheiro Civil **FAUZI NACFUR JÚNIOR**, portador da Matrícula Funcional nº 242354-5, conforme Lei nº 7.499/2024 de 30/04/2024, publicado no DODF nº 83, de 02/05/2024, página 01 a 07 e nomeado pelo Decreto publicado no DODF nº 98, de 23/05/2024, página 24, e de acordo com a delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, conforme art. 31 do Decreto nº 32.598/2010, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., Processo Administrativo SEI-GDF nº 00113-00018831/2025-36, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 44.330, de 16/03/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, visando ao fornecimento em comodato, instalação, operação e suporte técnico de rastreadores veiculares destinados à frota do DER-DF. A solução tem como finalidade viabilizar o monitoramento, controle, telemetria e gestão da frota, proporcionando maior eficiência às atividades administrativas e operacionais executadas pelo Departamento, especialmente nas rodovias que integram o Sistema Rodoviário do Distrito Federal (SRDF), especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo *XX* do *edital de licitação* nº xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>Fornecedor:</b> ____.								
<b>Proposta de Preços (SEI-GDF ____)</b>								
<b>Razão social:</b> ____, <b>CNPJ/MF</b> ____ <b>Endereço</b> ____, <b>Telefone:</b> ____,								
<b>E-mail:</b> _____								
<b>Representante legal (assinar a Ata):</b> _____								

Item	Descrição	Código E-compras	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Valor Total (Anual)	Valor Total (60 meses)
	Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados, por meio de sistema de registro de preços, sem locação de mão de obra, de rastreamento, monitoramento e telemetria de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, a disponibilização e licença de Software de gerenciamento com acesso via web, e os respectivos							

<b>Fornecedor:</b> <b>Proposta de Preços (SEI-CDT):</b> <b>Razão social:</b> <b>E-mail:</b> <b>Representante legal (assinatura):</b>	serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento. ( ) Fornecer, implantar e suportar solução composta por dispositivos de credenciamento/autenticação inteligente (assinatura) módulo de habilitação/desabilitação operacional do ativo, com habilitação condicionada à apresentação de credencial válida, registro automático da credencial utilizada no ato da habilitação e suporte a múltiplas credenciais por ativo; unidade de coleta de eventos; serviços de comunicação de dados/conectividade M2M; e plataforma SaaS/em nuvem para geração de trilhas de auditoria, relatórios e integrações por API, incluindo serviços de instalação, parametrização, treinamento, manutenção e suporte técnico.							
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Código E-compras</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde. Máxima</b>	<b>Qtde. Mínima</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total (Anual)</b>	<b>Valor Total (60 mês)</b>
	<p>Escopo detalhado:</p> <p>Rastreamento Veicular Integrado com Controle de Ignição por Identificação do Condutor</p> <p>A solução proposta integra rastreamento veicular em tempo real com mecanismo de bloqueio e liberação de ignição baseado na identificação do condutor. O módulo instalado no veículo coleta dados de telemetria, localização GPS e eventos de operação, transmitindo-os à plataforma de monitoramento.</p> <p>Para o controle de acesso, o sistema exige que o motorista se identifique antes de acionar a ignição, utilizando dispositivos de autenticação compatíveis — iButton ou cartão RFID. Somente após o reconhecimento válido do condutor o equipamento libera eletronicamente o circuito de partida. Todas as tentativas de autenticação, bem-sucedidas ou não, são registradas com carimbo de data, hora e geolocalização.</p> <p>Essa abordagem assegura rastreabilidade completa do uso da frota, aumenta a segurança, reduz riscos de uso indevido do veículo e garante a vinculação precisa entre condutor, operação e eventos registrados na plataforma.</p> <p>Credenciais individuais de servidores e vínculo servidor↔ativo, com trilha de auditoria completa; múltiplas credenciais por ativo.</p> <p>Módulo de habilitação/desabilitação operacional do ativo, condicionado à credencial válida; tolerância a perda momentânea de rede com cache e posterior sincronização integral dos eventos.</p> <p>Comandos Remotos: A solução</p>							

<p><b>Fornecedor:</b> deverá prover comandos remotos para ativar/desativar a funcionalidade de monitoramento de ativos, observadas salvaguardas de segurança e condições de execução segura; e ativar/desativar o estado de "alarme" do dispositivo/plataforma. Todas as solicitações de comando e respectivas respostas (sucesso/falha), inclusive retentativas, devem ser registradas em trilha de auditoria com data/hora, identificação do usuário solicitante e identificação do ativo, possibilitando consulta, filtro e exportação.</p> <p><b>Proposta:</b> Perfil (SIS-GDF do ) ativo, observadas salvaguardas de segurança e condições de execução segura; e ativar/desativar o estado de "alarme" do dispositivo/plataforma. Todas as solicitações de comando e respectivas respostas (sucesso/falha), inclusive retentativas, devem ser registradas em trilha de auditoria com data/hora, identificação do usuário solicitante e identificação do ativo, possibilitando consulta, filtro e exportação.</p> <p><b>Razão social:</b> CNPJ/MF Endereço: , Telefone: ,</p> <p><b>E-mail:</b></p> <p><b>Representante legal (assinar a Ata):</b></p>								
Item	Descrição	Código E-compras	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Valor Total (Anual)	Valor Total (60 mês)
1	<p>Unidade de coleta de eventos/telemetria com posicionamento GNSS e sensores; envio em tempo quase real; logs assinados.</p> <p>Telemetria e Eventos – Alarmes: A plataforma deverá registrar “alarmes” como evento de telemetria, contemplando, no mínimo, ativação, desativação e ocorrências geradas por regras (ex.: violação de cerca, transgressão de velocidade parametrizada, tentativa de uso sem credencial válida), com carimbo de tempo, georreferenciamento e identificação da credencial/usuário quando aplicável, assegurando consulta, rastreabilidade e exportação.</p> <p>Plataforma SaaS em nuvem: perfis (RBAC) e grupos; cercas virtuais e notificações; calendários/janelas operacionais; relatórios (combinado, viagens, paradas, eventos, resumos, gráficos, replay) e exportação (CSV/XLS/PDF).</p> <p>Gestão de Acessos e Usuários: A solução deverá permitir quantidade ilimitada de usuários e perfis de acesso, com controle de permissões (RBAC) por função e por grupos/secretarias, além de delegação administrativa (administradores por secretaria/unidade) e registro de todas as ações relevantes em trilha de auditoria exportável.</p> <p>Integração: API REST/JSON documentada (OpenAPI) e webhooks; ambiente de homologação/sandbox e limites de consumo; amostras de chamadas (coleção Postman).</p> <p>Conectividade M2M incluída: SIM multioperadora/eSIM, gestão de consumo, APN/VPN privada e relatórios de tráfego; buffer offline.</p> <p>Serviços: instalação, parametrização, POC de validação obrigatória integrada à implantação (sem período de testes/piloto), migração de cadastros (ativos/servidores), capacitação, suporte e manutenção.</p>	12819	un.	508	10	-	-	-



<p>Requisitos técnicos mínimos:</p> <p><b>Fornecedor:</b> _____</p> <p><b>Proposta de Preços (SEI-GDF _____)</b></p> <p><b>Razão social:</b> _____, CNPJ/MF _____, Endereço _____, Telefone: _____,</p> <p><b>E-mail:</b> RBAC com segregação por secretaria/unidade; logs imutáveis e trilha de auditoria.</p> <p><b>Representante legal (assinar a Ata):</b> _____</p>								
DPA/Anexo de Privacidade (papéis, bases legais, retenção e descarte); apoio ao atendimento de direitos dos titulares.								
Item	Descrição	Código E-compras	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Valor Total (Anual)	Valor Total (60 mês)
	<p>Data residency: processamento/armazenamento preferencialmente em centros de dados no Brasil, conforme LGPD.</p> <p>Desempenho e disponibilidade:</p> <p>Disponibilidade da plataforma <math>\geq</math> [99,5]/mês (com abatimentos automáticos).</p> <p>Desempenho: latência de eventos <math>\leq</math> [5] s (p95); atualização de dashboards <math>\leq</math> [5] s.</p> <p>Retenção mínima online de [24] meses + possibilidade de arquivo frio.</p> <p>Integração e portabilidade:</p> <p>API com documentação pública (OpenAPI) e ambiente de homologação; limites de taxa; webhooks; exemplos.</p> <p>Exportação total (CSV/JSON) e encerramento assistido com portabilidade sem ônus.</p> <p>Implantação e treinamento:</p> <p>Kits completos por ativo; checklist de instalação; treinamento (administradores/gestores/operadores) com materiais e gravações.</p> <p>Níveis de serviço (SLAs)</p> <p>Disponibilidade da plataforma: <math>\geq</math> [99,5]/mês.</p> <p>Atendimento do suporte: Crítico 2h, Alto 4h, Médio 8h, Baixo 24h.</p> <p>Reparo/substituição (RMA): até D+2 úteis.</p> <p>Implantação: prazos por fase conforme cronograma aprovado, sem alteração do regime de lote único do objeto.</p> <p>Disponibilidade da API: <math>\geq</math> [99,0]/mês.</p> <p>Latência de eventos (p95): <math>\leq</math> [5] s.</p> <p>Medição e verificação: relatórios mensais auditáveis; janelas programadas com antecedência mínima de [72h] fora do horário crítico.</p>							

<p><b>Fornecedor:</b> Suporte Local no Distrito Federal. A contratada deverá manter base contratada - deverá manter base</p> <p><b>Proposta:</b> Preço (SEI-CDP) com estoque mínimo de reposição adequado ao parque instalado e</p> <p><b>Razão social:</b> CNPJ/MF: _____, Endereço: _____, Telefone: _____,</p> <p><b>E-mail:</b> equipe técnica local habilitada para atendimento on-site. O atendimento presencial para ocorrências classificadas como campo deverá</p> <p><b>Representante legal (assinar a Ata):</b> _____</p>								
Item	Descrição	Código E-compras	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Valor Total (Anual)	Valor Total (60 mês)
	ocorrer em até D+2 (dois dias úteis), observado o SLA deste TR. A base deverá situar-se no raio urbano dentro da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) que permita cumprimento dos prazos, com comprovante de endereço e capacidade técnica apresentados após a homologação em até 15 dias úteis e mantidos durante a vigência contratual.							
<b>Valor Total da Ata</b>							-	-

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 208 do Decreto n.º 44.330, de 16/03/2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 205, do Decreto n.º 44.330, de 16/03/2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 204, §9º do Decreto n.º 44330, de 16/03/2023..

## **10. DAS PENALIDADES**

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 191, inc. XII, do Decreto n.º 44.330, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 191, inc. X, do do Decreto n.º 44.330, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em via eletrônica, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes, por meio de *login* e senha, e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

<b>DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF</b>	_____
ENG. CIVIL FAUZI NACFUR JUNIOR Presidente do DER/DF	_____ Pela Empresa

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

### Anexo

#### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

**ANEXO VII**  
**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS CONTINUADO – LICITAÇÃO**  
**(Modelo de dezembro / 2025 - AGU)**

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF**

(Processo Administrativo nº 00113-00018831/2025-36)

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/202\_\_ QUE FAZEM ENTRE SI O  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO  
DISTRITO FEDERAL - DER/DF E A EMPRESA (NOME \_\_\_\_).**

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, DER-DF, com sede no Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco “C”, Edifício Sede do DER/DF, Setores Complementares, CEP: 70620-030, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.070.532/0001-03, neste ato representado pelo Senhor Presidente, Engenheiro Civil \_\_\_\_\_, nomeado pelo Decreto de \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_, publicado no DODF nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/202\_\_, página \_\_\_\_, portador da Matrícula Funcional nº \_\_\_\_\_, e de acordo com a delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, conforme art. 31 do Decreto nº 32.598/2010, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no Processo nº 00113-00018831/2025-36 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Distrital 44.330 de março de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ DER-DF (SEI \_\_\_\_\_), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **prestação de serviços continuados**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando ao fornecimento em comodato, instalação, operação e suporte técnico de rastreadores veiculares destinados à frota do DER-DF. A solução tem como finalidade viabilizar o monitoramento, controle, telemetria e gestão da frota, proporcionando maior eficiência às atividades administrativas e operacionais executadas pelo Departamento, especialmente nas rodovias que integram o Sistema Rodoviário do Distrito Federal (SRDF), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Código E-compras	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Valor Total (Anual)	Valor Total (60 mês)
	Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados, por meio de sistema de registro de preços, sem locação de mão de obra, de rastreamento, monitoramento e telemetria de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, a disponibilização e licença de Software de gerenciamento com acesso via web, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento. Fornecer, implantar e suportar solução composta por dispositivos de credenciamento/autenticação individual de servidores; módulo de habilitação/deshabilitação operacional do ativo, com habilitação condicionada à apresentação de credencial válida, registro automático da credencial utilizada no ato da habilitação e suporte a múltiplas credenciais por ativo; unidade de							

Item	Descrição	Código E-compras	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Valor Total (Anual)	Valor Total (60 mês)
	<p>coleta de eventos; serviços de comunicação de dados/conectividade M2M; e plataforma SaaS/em nuvem para geração de trilhas de auditoria, relatórios e integrações por API, incluindo serviços de instalação, parametrização, treinamento, manutenção e suporte técnico.</p> <p>Escopo detalhado:  Rastreamento Veicular Integrado com Controle de Ignição por Identificação do Condutor  A solução proposta integra rastreamento veicular em tempo real com mecanismo de bloqueio e liberação de ignição baseado na identificação do condutor. O módulo instalado no veículo coleta dados de telemetria, localização GPS e eventos de operação, transmitindo-os à plataforma de monitoramento. Para o controle de acesso, o sistema exige que o motorista se identifique antes de acionar a ignição, utilizando dispositivos de autenticação compatíveis — iButton ou cartão RFID. Somente após o reconhecimento válido do condutor o equipamento libera eletronicamente o circuito de partida. Todas as tentativas de autenticação, bem-sucedidas ou não, são registradas com carimbo de data, hora e geolocalização. Essa abordagem assegura rastreabilidade completa do uso da frota, aumenta a segurança, reduz riscos de uso indevido do veículo e garante a vinculação precisa entre condutor, operação e eventos registrados na plataforma. Credenciais individuais de servidores e vínculo servidor↔ativo, com trilha de auditoria completa; múltiplas credenciais por ativo. Módulo de habilitação/deshabilitação operacional do ativo, condicionado à credencial válida; tolerância a perda momentânea de rede com cache e posterior sincronização integral dos eventos. Comandos Remotos: A solução deverá prover comandos remotos para habilitar/deshabilitar a operacionalidade do ativo, observadas salvaguardas de segurança e condições de execução segura; e ativar/desativar o estado de “alarme” do dispositivo/plataforma. Todas as solicitações de comando e respectivas respostas (sucesso/falha), inclusive retentativas, devem ser registradas em trilha de auditoria com data/hora, identificador do usuário solicitante e identificação do ativo, possibilitando consulta, filtro e exportação. Unidade de coleta de eventos/telemetria com posicionamento GNSS e sensores; envio em tempo quase real; logs assinados. Telemetria e Eventos – Alarmes: A plataforma deverá registrar “alarmes” como evento de telemetria, contemplando, no mínimo, ativação, desativação e ocorrências geradas por regras (ex.: violação de cerca, transgressão de velocidade</p>							



Item	Descrição	Código E-compras	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Valor Total (Anual)	Valor Total (60 mês)
1	<p>parametrizada, tentativa de uso sem credencial válida), com carimbo de tempo, georreferenciamento e identificação da credencial/usuário quando aplicável, assegurando consulta, rastreabilidade e exportação.</p> <p>Plataforma SaaS em nuvem: perfis (RBAC) e grupos; cercas virtuais e notificações; calendários/janelas operacionais; relatórios (combinado, viagens, paradas, eventos, resumos, gráficos, replay) e exportação (CSV/XLS/PDF).</p> <p>Gestão de Acessos e Usuários: A solução deverá permitir quantidade ilimitada de usuários e perfis de acesso, com controle de permissões (RBAC) por função e por grupos/secretarias, além de delegação administrativa (administradores por secretaria/unidade) e registro de todas as ações relevantes em trilha de auditoria exportável.</p> <p>Integração: API REST/JSON documentada (OpenAPI) e webhooks; ambiente de homologação/sandbox e limites de consumo; amostras de chamadas (coleção Postman).</p> <p>Conectividade M2M incluída: SIM multioperadora/eSIM, gestão de consumo, APN/VPN privada e relatórios de tráfego; buffer offline.</p> <p>Serviços: instalação, parametrização, POC de validação obrigatória integrada à implantação (sem período de testes/piloto), migração de cadastros (ativos/servidores), capacitação, suporte e manutenção.</p> <p>Requisitos técnicos mínimos: Segurança e LGPD Criptografia TLS 1.2+ em trânsito e cifragem em repouso; MFA/2FA; RBAC com segregação por secretaria/unidade; logs imutáveis e trilha de auditoria. DPA/Anexo de Privacidade (papéis, bases legais, retenção e descarte); apoio ao atendimento de direitos dos titulares. Data residency: processamento/armazenamento preferencialmente em centros de dados no Brasil, conforme LGPD.</p> <p>Desempenho e disponibilidade: Disponibilidade da plataforma <math>\geq [99,5]\%</math>/mês (com abatimentos automáticos). Desempenho: latência de eventos <math>\leq [5]</math> s (p95); atualização de dashboards <math>\leq [5]</math> s. Retenção mínima online de [24] meses + possibilidade de arquivo frio.</p> <p>Integração e portabilidade: API com documentação pública (OpenAPI) e ambiente de homologação; limites de taxa; webhooks; exemplos. Exportação total (CSV/JSON) e encerramento assistido com portabilidade sem ônus.</p> <p>Implantação e treinamento: Kits completos por ativo; checklist de instalação; treinamento (administradores/gestores/operadores)</p>	12819	un.	508	10	R\$	R\$	R\$

Item	Descrição	Código E-compras	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Valor Total (Anual)	Valor Total (60 mês)
	com materiais e gravações. Níveis de serviço (SLAs) Disponibilidade da plataforma: ≥ [99,5]%/mês. Atendimento do suporte: Crítico 2h, Alto 4h, Médio 8h, Baixo 24h. Reparo/substituição (RMA): até D+2 úteis. Implantação: prazos por fase conforme cronograma aprovado, sem alteração do regime de lote único do objeto. Disponibilidade da API: ≥ [99,0]%/mês. Latência de eventos (p95): ≤ [5] s. Medição e verificação: relatórios mensais auditáveis; janelas programadas com antecedência mínima de [72h] fora do horário crítico. Suporte Local no Distrito Federal. A contratada deverá manter base operacional em Brasília/DF, com estoque mínimo de reposição adequado ao parque instalado e equipe técnica local habilitada para atendimento on-site. O atendimento presencial para ocorrências classificadas como campo deverá ocorrer em até D+2 (dois dias úteis), observado o SLA deste TR. A base deverá situar-se em raio urbano dentro da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) que permita cumprimento dos prazos, com comprovante de endereço e capacidade técnica apresentados após a homologação em até 15 dias úteis e mantidos durante a vigência contratual.							
<b>Valor Total</b>							<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência n.º 6/2026 - DER-DF/PRESI/SUOPER/DEMAT (SEI 198294370);
- 1.3.2. O Edital da Licitação (SEI \_\_\_\_\_);
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO (SEI \_\_\_\_\_);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de \_\_ (\_\_) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação; e
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação;

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de

inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA - DO PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. A proposta de preços, aceita pelo DER/DF, e os futuros pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato (reequilíbrio, repactuação e reajustamento) deverão adotar a função truncar das planilhas eletrônicas em 2 (duas) casas decimais a fim de padronizar os cálculos e evitar possíveis imprecisões e distorções nos preços que compõem a Planilha de Custos e Formação de Preços.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **20/03/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nos termos do art. 2º do Decreto Distrital nº 37.121/2016, aplicando a fórmula da Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil (Correção de valores), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. As demais regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.6. As demais regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **8. CLÁUSULA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  - 9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - 9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 9.1.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
    - 9.1.4.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
    - 9.1.4.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
    - 9.1.4.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
    - 9.1.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
    - 9.1.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
  - 9.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
  - 9.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
  - 9.1.7. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
  - 9.1.8. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
  - 9.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com

deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.14. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.1.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.1.16. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.18. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.1.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.1.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.1.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.1.24. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.1.24.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.1.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.2. Constituem demais obrigações da Contratada constante do Edital e seus anexos.

## 10. CLÁUSULA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor **total** da contratação.

10.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do

contrato.

- 10.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 10.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 10.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 10.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 10.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 10.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.5. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal e/ou Governo do Distrito Federal.
  - 10.5.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
  - 10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 10.7. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
  - 10.7.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 10.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 10.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
  - 10.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
  - 10.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
  - 10.12.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
  - 10.12.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 10.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
  - 10.13.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse

pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

10.13.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

10.13.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

10.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

10.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

10.17. Caso a Contratada opte pela caução em dinheiro, a empresa deverá realizar TED ou depósito para a Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, CNPJ 00.070.532/0001-03, no Banco Regional de Brasília (BRB) Agência 00146; Conta 835109-2.

10.18. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica via TED ou depósito para a Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, CNPJ 00.070.532/0001-03, no Banco Regional de Brasília (BRB) Agência 00146; Conta 835109-2.

## **11. CLÁUSULA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **12. CLÁUSULA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

12.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Das indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.12. Conforme art. 1º, da Lei 7.290/2023, deve ser rescindido o contrato entre o Distrito Federal e a empresa de serviços

terceirizados quando houver 3 atrasos, consecutivos ou não, por semestre, no pagamento dos salários dos empregados que prestam serviço ao Distrito Federal.

### **13. CLÁUSULA – DAS ALTERAÇÕES**

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14. CLÁUSULA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício, ficando condicionadas à previsão na LOA, na dotação abaixo discriminada, conforme Disponibilidade Orçamentária n.º 559/2026 - DER-DF/PRESI/SUAFIN (SEI 198589397):
- I - Unidade: 26.205.
  - II - Fonte de Recursos: \_\_\_\_.
  - III - Programa de Trabalho: 26.\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_-\_\_\_\_.
  - IV - Elemento de Despesa: \_\_\_\_.
  - V - Plano Interno: \_\_\_\_.
  - VI - Nota de Empenho nº \_\_\_\_; data: \_\_\_\_; Valor: \_\_\_\_.
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 14.3. O Contratante poderá utilizar as fontes de recursos 100, 135, 183, 220, 221, 237, 248, 232, 321, 335, 437, 448, 732, dentre outras que forem autorizadas, para fins de pagamento da despesa.

### **15. CLÁUSULA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA – DA PUBLICAÇÃO**

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

### **17. CLÁUSULA - DAS LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 17.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:
- 17.1.1. Incentive a violência;
  - 17.1.2. Seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;
  - 17.1.3. Incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violências sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;
  - 17.1.4. Exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;
  - 17.1.5. Seja homofóbico, racista e sexista;
  - 17.1.6. Incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;
  - 17.1.7. Represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltadas contra minorias em condições de vulnerabilidade.
- 17.2. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do CONTRATO e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.



17.3. A CONTRATADA fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital nº 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

17.4. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701/2023.

17.5. Conforme Decreto 44.330/2023, não poderá ser nomeado gestor, fiscal ou membro de comissão aquele que exercer atividade incompatível com a fiscalização de contratos ou possuir relação de parentesco, até o terceiro grau, com sócio gerente ou administrador do contratado, sendo vedado que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

17.6. O contratado deverá reservar o percentual mínimo de 2% de vagas de trabalho para ocupação por pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20/06/1983, podendo ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos da [Lei nº 6.128, de 01/03/2018](#) e do [Decreto nº 45.846, de 27/05/2024](#).

## 18. CLÁUSULA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

18.1. O CONTRATADO deverá apresentar a implementação do Programa de Integridade, apenas para o caso do contrato assinado com valor global igual ou superior a **R\$ 7.015.476,03** (sete milhões, quinze mil quatrocentos e setenta e seis reais e três centavos) para 2026, conforme Ofício Circular Nº 1/2026 - CGDF/GAB - SEI 191387735, (Art. 1º, [Lei nº 6.112/2018](#), Art. 1º, [Decreto nº 40.388/2020](#), [Portaria CGDF nº 157/2020](#)), no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, por meio do **Relatório de Perfil e do Relatório de Conformidade**, nos termos dos **Anexos I e II** do [Decreto Distrital nº 40.388, de 14/01/2020](#), para avaliação de Programa de Integridade pela Unidade de *Compliance* da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF.

18.2. O descumprimento das exigências poderá o **DER/DF** aplicar ao CONTRATADO multa equivalente a 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, nos termos do art. 8º, da [Lei Distrital nº 6.112, de 02/02/2018](#) e alterado pela [Lei Distrital nº 6.308, de 13/06/2019](#).

## 19. CLÁUSULA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

19.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

19.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 20. CLÁUSULA - DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Por estarem assim justas e de acordo, para a firmeza e validade do que ficou estipulado em suas cláusulas, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também, é datado e assinado eletronicamente por meio de login e senha, pelos representantes das partes.

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL -  
DER/DF**

**(EMPRESA)**

**ENG. CIVIL FAUZI NACFUR JUNIOR**  
Presidente

**(RESPONSÁVEL PELA  
EMPRESA)**  
Representante Legal

*[Documento datado e assinado eletronicamente, por meio de login e senha]*

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente***



Documento assinado eletronicamente por ANA HILDA DO CARMO SILVA -  
**Matr.0094068-2, Diretor(a) de Materiais e Serviços**, em 24/04/2026, às 15:13, conforme art.  
6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito  
Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **201125435** código CRC= **DCD34891**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAM Bloco C - Setor Complementares - Ed. Sede do DER/DF - Bairro Asa Norte - CEP 70620.030 - DF  
Telefone(s): (61)3111-5600  
Site - [www.der.df.gov.br](http://www.der.df.gov.br)

00113-00018831/2025-36

Doc. SEI/GDF 201125435